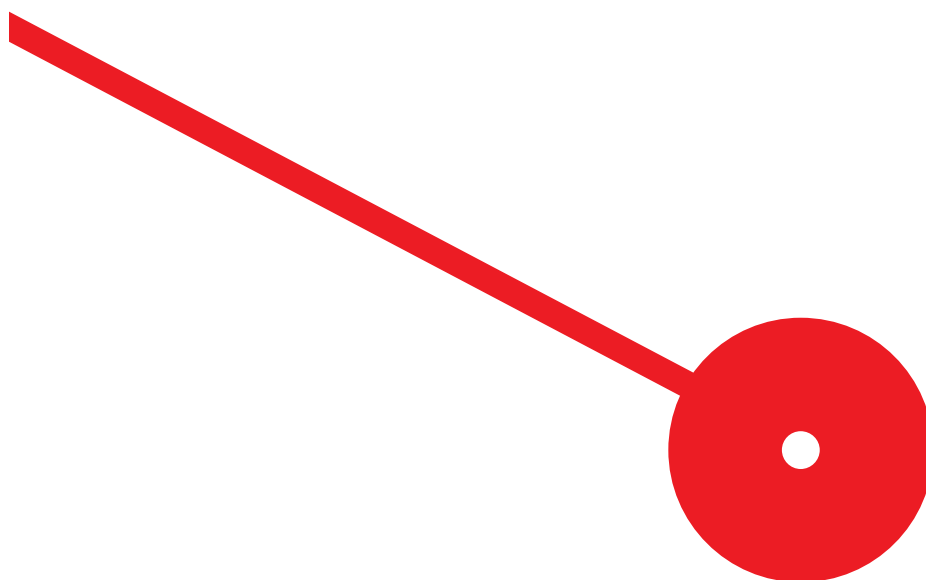




# A importância da Auditoria Externa na gestão de uma organização

Gonçalo Couto Cabral Pinto da Silva

06/2022

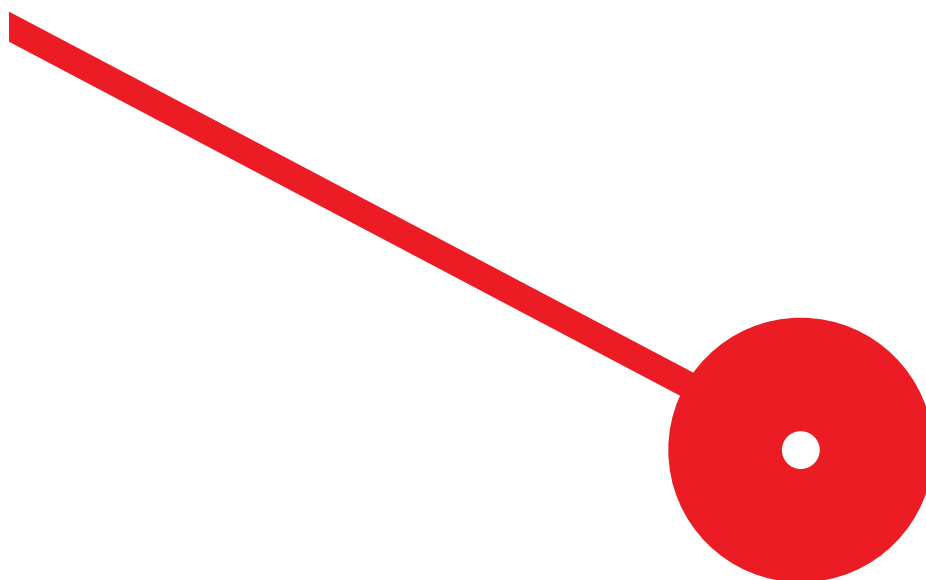




# A importância da Auditoria Externa na gestão de uma organização

Gonçalo Couto Cabral Pinto da Silva

**Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em Auditoria, sob orientação de Professora Doutora Alcina Portugal Dias**



## **Agradecimentos**

Aos meus pais, aos meus avós e à minha irmã, pelo incansável e incondicional apoio e incentivo na concretização do mestrado. Vejo neles um exemplo de superação e dedicação.

Ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto e ao seu corpo docente, pela passagem constante do conhecimento e consequente ajuda no desenvolvimento de competências para me tornar um melhor profissional.

À Professora Alcina Portugal Dias por toda ajuda, atenção e disponibilidade dedicada a este trabalho.

A todos os meus amigos por todas as noites de convívio e de estudo, pelo companheirismo, motivação e sobretudo pela amizade transmitida, que contribuiu indubitavelmente para a realização desta dissertação.

## **Resumo:**

O conceito de auditoria tem se alterado ao longo do tempo, com uma evolução mais acelerada nas últimas décadas, dada a constante mudança no paradigma da economia mundial.

A auditoria financeira, também denominada de auditoria externa, consiste em examinar as demonstrações financeiras de uma entidade e emitir uma opinião sobre as mesmas. Este parecer, emitido sob a forma de Certificação Legal de Contas pelo Revisor Oficial de Contas, irá posteriormente influenciar a tomada de decisão dos diversos utilizadores da informação financeira.

O trabalho de auditoria está intimamente relacionado com o conceito de gestão de uma empresa. Assim, as empresas de auditoria devem começar a pensar todos os dias de forma a entregar mais valor às empresas que estão a auditar. Inicialmente, obter as principais informações sobre o cliente, de forma a tornar o planeamento eficaz e eficiente, para então seguidamente identificar potenciais riscos e discutir com o cliente a melhor forma de os minimizar.

Nesse contexto, o presente estudo foca-se na relação entre a gestão e a auditoria e tem como objetivo dissecar as diversas variantes que possam influenciar estes conceitos.

Para o efeito, na Revisão da Literatura, após uma abordagem ao conceito de Auditoria Financeira e centrando-se na condução do trabalho do Auditor, nas diversas fases, são identificadas também as limitações presentes num trabalho de auditoria, isto tudo, em paralelo com o conceito de gestão.

Com o objetivo de avaliar a importância da auditoria na gestão foi desenvolvido um questionário direcionado a empresas que tenham as suas contas auditadas e enviado para uma seleção, como meio de se obter os resultados para dar resposta às hipóteses formuladas no estudo empírico.

As conclusões deste estudo, após uma análise dos dados, indicaram que um trabalho de auditoria adequado ajuda a assegurar toda a gestão no processo de gerir uma empresa.

**Palavras chave:** Auditoria, Gestão, Liderança, Demonstrações financeiras

## **Abstract:**

The concept of auditing has changed over time, with a more accelerated evolution in recent decades, given the constant change in the world economy.

Financial auditing, also called external auditing, consists of examining an entity's financial statements and expressing an opinion on them. This opinion, issued in the form of Legal Certification of Accounts by the Statutory Auditor, which will influence the decision making of the diverse financial information users.

The audit work is closed linked with the management of a company. So, the auditing companies should start to think everyday in a way to deliver more value to the companies that they are auditing. Initially, obtain the main information about the client, helping to make the planning effective and efficient, and then identify potential risks and discuss with the client the best way to minimize them.

In this context, the present study focuses on the relationship between management and auditing and aims to the various variants that may influence these concepts.

For this purpose, in the Literature Review, after an approach to the concept of Financial Auditing and focusing on the conduct of the Auditor's work, in the different stages, the limitations present in an audit work are also identified, all this, in parallel with the management concept.

In order to assess the importance of auditing in management, a questionnaire was developed aimed at companies that have their accounts audited and sent to a selection, as a means of obtaining the results to respond to the hypotheses formulated in the empirical study.

The conclusions of this study, after an analysis of the data, indicated that an adequate audit work helps to ensure all the management in the process of running a company.

**Key words:** Audit, Management, Leadership, Financial Statements

## Índice geral

<b>Capítulo - Introdução</b> .....	<b>1</b>
<b>Capítulo I – [Revisão da Literatura]</b> .....	<b>3</b>
<b>1.1 Conceito de auditoria</b> .....	<b>4</b>
1.1.1 Evolução da Auditoria .....	4
1.1.2 Pressuposto da continuidade.....	7
<b>1.2 Tipologias de auditoria – Interna e externa</b> .....	<b>7</b>
1.2.1 Auditoria Interna.....	8
1.2.2 Auditoria Externa .....	9
1.2.2.1 Funções de um auditor externo.....	10
<b>1.3 Independência do Auditor</b> .....	<b>11</b>
<b>1.4 Etapas da elaboração de um trabalho de Auditoria Externa</b> .....	<b>13</b>
<b>1.5 Limitações ao âmbito de um trabalho de auditoria externa</b> .....	<b>19</b>
1.5.1 Amostragem.....	19
1.5.2 Julgamento profissional .....	21
1.5.3 Partes relacionadas .....	21
<b>1.6 A liderança, Auditoria e Controlo Interno</b> .....	<b>22</b>
1.6.1 A Liderança .....	22
1.6.2 A Auditoria e a liderança.....	25
1.6.3 Controlo interno.....	26
<b>Capítulo II – [Metodologias de investigação]</b> .....	<b>29</b>
2 Metodologia de investigação .....	30
<b>2.1 Formas e técnicas de análise</b> .....	<b>32</b>
2.1.1 Metodologia de investigação quantitativa .....	32
2.1.2 Metodologia de investigação qualitativa .....	33
2.1.3 A metodologia de investigação quantitativa e qualitativa .....	35

2.2	<b>Metodologia de Investigação adotada.....</b>	<b>35</b>
2.3	<b>Formulação das hipóteses de Análise.....</b>	<b>35</b>
2.4	<b>Modelo de Análise.....</b>	<b>40</b>
2.5	<b>Recolha de dados .....</b>	<b>41</b>
2.5.1	População e amostra .....	41
2.5.2	Definição da amostra .....	42
2.5.3	Estrutura do questionário.....	43
	<b>Capítulo III – [Apresentação e interpretação dos resultados] .....</b>	<b>45</b>
3	Apresentação e dos resultados .....	46
3.1	<b>Caracterização da amostra .....</b>	<b>46</b>
3.2	<b>Apresentação dos resultados.....</b>	<b>49</b>
3.3	<b>Interpretação dos resultados .....</b>	<b>60</b>
	<b>Capítulo IV – [Conclusão] .....</b>	<b>63</b>
	<b>Limitações do estudo .....</b>	<b>64</b>
	<b>Sugestões para futuras investigações.....</b>	<b>65</b>
	<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>66</b>
	<b>Apêndices.....</b>	<b>72</b>
	Apêndice I – [Pedido de colaboração ao preenchimento do questionário].....	73
	Apêndice II – Inquérito .....	74
	Apêndice III – Detalhe do Modelo de Análise .....	80

## Índice de Figuras

Figura 1 – Etapas de um trabalho de auditoria.....	13
Figura 2 – Etapas na aplicação da materialidade.....	15
Figura 3 – Tipos de Liderança.....	24
Figura 4 – Tipos de Controlo Interno.....	27
Figura 5 – Fases do processo de investigação.....	31
Figura 6 – As vantagens e desvantagens da metodologia quantitativa.....	33
Figura 7 – As vantagens e desvantagens da metodologia qualitativa.....	34
Figura 8 – Síntese do processo de investigação.....	35
Figura 9 – Modelo de análise.....	40
Figura 10 – Nível hierárquico dos inquiridos.....	47
Figura 11 – Volume de negócios do ano anterior das empresas inquiridas.....	48
Figura 12 – Número médio de trabalhadores do ano anterior das empresas inquiridas .....	48
Figura 13 – Respostas à questão 4.....	49
Figura 14 – Respostas à questão 5.....	50
Figura 15 – Respostas à questão 6.....	50
Figura 16 – Respostas à questão 7.....	51
Figura 17 – Respostas à questão 8.....	52
Figura 18 – Respostas à questão 9.....	53
Figura 19 – Respostas à questão 10.....	54
Figura 20 – Respostas à questão 11.....	54
Figura 21 – Respostas à questão 12.....	55
Figura 22 – Respostas à questão 13.....	56
Figura 23 – Respostas à questão 15.....	57
Figura 24 – Respostas à questão 17.....	57
Figura 25 – Respostas à questão 14.....	58
Figura 26 – Respostas à questão 16.....	59

## **Índice de Tabelas**

Tabela 1 – Indicadores de referência da materialidade global.....	16
Tabela 2 – A Amostragem em auditoria.....	20
Tabela 3 – Estilos de liderança.....	23
Tabela 4 – Classificação da amostra por ramo de atividade.....	47
Tabela 5 – Modelo de Análise.....	60

## **Lista de abreviaturas**

AAA - American Accounting Association

AI – Auditoria Interna

AIA - American Institute of Accountants

AICPA - American Institute of Certified Public Accountants

CLC - Certificação Legal de Contas

CSC - Código das Sociedades Comerciais

DF – Demonstrações Financeiras

FEI - Financial Executives Institute

IASB - *International Accounting Standards Board*

IFAC – International Federation of Accountants

IIA - Institute of Internal Auditors

ISA - International Standards on Auditing

ISA - International Standards on Auditing

ISCAP – Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

NAA - National Association of Accountants

NCRF - Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro

NYSE - *The New York Stock Exchange*

OCC – Ordem dos contabilistas certificados

OROC – Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

PCAOB - Public Company Accounting Oversight Board

ROC – Revisor oficial de contas

SEC - *Securities and Exchange Commission*

SOA - Sarbanes-Oxley

SROC – Sociedades de revirores oficiais de contas

## **CAPÍTULO - INTRODUÇÃO**

---

No contexto atual e global em que vivemos torna se cada vez mais imperativo tomar decisões de gestão que tenham como princípio fundamental o crescimento sustentado das mais diversas organizações. Como tal a Auditoria também tem um papel principal neste processo. O objetivo desta dissertação será perceber de que forma a auditoria, com especial foco na auditoria externa, poderá influenciar a gestão na tomada de decisão. Serão mencionados os benefícios que uma auditoria eficaz poderá trazer a nível de liderança nos mais diversos aspetos de uma organização.

A estrutura desta dissertação irá ser constituída por uma breve introdução ao tema. No Capítulo I será considerada a revisão da literatura que englobará uma evolução da auditoria ao longo da sua história, o conceito de Liderança na perspetiva de Gestão e de Auditoria (interna e externa) e a sua relação. Será também abordado o conceito de controlo interno. A partir desta revisão da literatura serão elaboradas as respetivas questões de investigação.

No Capítulo II será apresentada a metodologia (estudo de caso) com a devida fundamentação.

No Capítulo III será apresentado o caso empírico e os resultados obtidos onde irão também ser mitigados.

Por último, no capítulo IV será apresentada uma conclusão onde irão ser abordados todos os temas anteriores e também irão constar algumas considerações sobre os resultados obtidos de forma a concluir o estudo em causa.

## **CAPÍTULO I – [REVISÃO DA LITERATURA]**

---

## 1.1 Conceito de auditoria

Ao longo da revisão da literatura surgem diversos conceitos para definir o que é a auditoria. Joaquim José dos Santos Alves (2015, p.33) menciona que “por auditoria pode entender-se o processo de acumulação e avaliação de prova sobre certa matéria para determinar e relatar sobre o grau de correspondência entre essa matéria e os critérios estabelecidos para a mesma. Essa matéria pode, de entre outras, revestir a forma de informação financeira ou não financeira, procedimentos, conduta das operações, resultados das operações, ou o cumprimento das leis, regulamentos e ordens.”

Para além da definição apresentada por Joaquim José dos Santos Alves, o conceito de auditoria poderá apresentar um grau de flexibilidade sobre a sua definição dependendo da sua vertente mais ou menos financeira ou do organismo que o caracteriza. Ao longo das mais diversas definições que possa assumir este conceito existem elos comuns entre elas. Esses elos comuns são o seu objeto e o seu objetivo.

Numa vertente generalista, e conforme o “Glossário da Auditoria” do instituto português de apoio ao desenvolvimento (2009) o objeto da auditoria é “aquilo que vai ser fiscalizado/verificado pela auditoria. Pode ser uma organização, programa, atividade, função, projeto, operação ou sistema” neste sentido o objeto da auditoria é toda a matéria que posteriormente irá ser objeto de análise e/ou avaliação.

Para Costa (2010), o objetivo da auditoria financeira é “a expressão de uma opinião sobre as demonstrações financeiras por parte de um profissional competente e independente”.

Os autores Stamp e Moonitz (citado in Costa, 2010, p.50) indicam que a auditoria é “um exame independente, objetivo e competente de um conjunto de demonstrações financeiras de uma entidade, juntamente com toda a prova de suporte necessária, sendo conduzida com a intenção de exprimir uma opinião informada e fidedigna, através de um relatório escrito, sobre se as demonstrações financeiras apresentam apropriadamente a posição financeira e o progresso da entidade de acordo com as normas de contabilidade geralmente aceites. O objetivo da opinião do perito independente, a qual deve ser expressa em termos positivos ou negativos, é emprestar credibilidade às demonstrações financeiras (cuja responsabilidade pela preparação depende do órgão de gestão) ”

Segundo diversos autores, o objetivo da auditoria deverá consistir na emissão de uma opinião que terá de estar suportada por evidências e devidamente documentada, o objetivo será desta forma o resultado que se pretende atingir quando se realizam determinadas ações.

### 1.1.1 Evolução da Auditoria

A palavra auditoria terá origem no vocábulo latim *audire* que significa em primeiro lugar ouvir, e a palavra auditor provém de *auditor*, que indica que um auditor é fundamentalmente um ouvinte. Segundo o que terá sido apurado por diversos autores a história da auditoria perdeu-se ao longo do tempo, motivo pelo qual o nome do primeiro

auditor irá ficar para sempre ignorado na história. Valencio & Ngueve (2013) mencionam que por volta do ano 4000 A.C., na Babilónia, no Egipto e na China, já teriam sido realizadas auditorias em áreas como a cobrança de impostos e o controlo dos stocks de alimentação. Mais tarde existem relatos bíblicos que indiciam que diversas auditorias surpresa já eram realizadas apesar de apresentarem ainda um caráter muito rudimentar.

Contudo a Auditoria tal como a conhecemos hoje, terá tido origem como uma consequência da revolução industrial em meados do sec. XIX. Segundo Costa (2010), o desenvolvimento da economia, o aumento das transações comerciais, a estratificação hierárquica dentro das organizações conduziu a um aumento das diversas dimensões das sociedades o que irá dificultar o controlo interno e a gestão dos mais diversos ativos. Nesta fase de expansão do capitalismo, um fator essencial para o sucesso das empresas seria a obtenção de financiamento, o que originou um maior desenvolvimento da auditoria externa.

Em 1887 foi criado um órgão que publicou os primeiros documentos técnicos sobre a Auditoria. Esse órgão que tinha como nome American Institute of Accountants (AIA) viria mais tarde, em 1957, a ser substituído pelo American Institute of Certified Public Accountants (AICPA), que foi decisivo para a prática de auditoria, pois foi este o primeiro órgão a divulgar normas de auditoria em 1948 (Costa, 2010, p.67).

No ano de 1929, dá-se o crash da bolsa de valores em Wall Street. Wall Street é o nome dado ao distrito financeiro da cidade de Nova Iorque onde está situado o (NYSE) *The New York Stock Exchange* que é constituído pelas sedes dos maiores corretores e dos maiores bancos de investimento a nível mundial. Com o crash de Wall Street, houve uma generalização da função da auditoria e foi criado o *May Committee* que tinha como principal objetivo aumentar a regulação para todas as companhias que tivessem ações no mercado bolsista de Nova Iorque, tornando assim obrigatória a auditoria independente das contas dessas companhias como forma de preservar e transmitir segurança aos investidores. Mais tarde, em 1934 é criada a *Securities and Exchange Commission* (SEC) com um propósito similar ao referido anteriormente, nomeadamente aumentar o grau de confiança dos investidores. Para isso foram criadas formas de imputação legais ao auditor sobre a sua responsabilidade em relação às contas auditadas por este.

Em 1941 terá sido dado um passo importante na história da auditoria, com a fundação do Institute of Internal Auditors (IIA) que tinha como principal missão a criação, divulgação e promoção das melhores práticas de auditoria.

A economia mundial no geral terá continuado a crescer fortemente na década de 1960. A nível europeu, segundo o site da união europeia os fatores que terão impulsionado esse crescimento foram o facto dos países pertencentes á união europeia “terem deixado de cobrar direitos aduaneiros sobre as trocas comerciais realizadas entre si”. Isto fez com que os auditores, principalmente os auditores externos passassem a ter um *role model* neste processo porque era cada vez mais necessário alcançar um grau de imparcialidade e credibilidade nas mais diversas demonstrações financeiras.

Em 1977 terá nascido a International Federation of Accountants (IFAC) que terá sido uma organização mundial que apoiava o desenvolvimento, adotava e implementava padrões internacionais. A primeira norma de auditoria terá sido lançada por esta organização em 1980. Seguidamente, em 1985 deu-se a junção de cinco organizações

nomeadamente a American Accounting Association (AAA), o AICPA, o Institute of Internal Auditors (IIA), o National Association of Accountants (NAA) e o Financial Executives Institute (FEI) que vieram a originar uma comissão sem fins lucrativos designada por comissão Treadway. Esta comissão teria por objetivo inicial dedicar-se à melhoria dos relatos financeiros através da ética, mas mais tarde também se começou a dedicar á matéria do controlo interno.

A profissão de auditoria terá evoluído exponencialmente na década de 1990, e acresceu a sua responsabilidade no sentido de preservar a continuidade de uma empresa, bem como terá aumentado a responsabilidade da deteção e denuncia de fraudes. Seguidamente terá sido relatada uma grande mudança no paradigma daquilo que é a auditoria, devido a diversos escândalos financeiros como o da *Enron*.

A *Enron* era uma empresa de energia fundada em 1985 que nessa época era líder a nível mundial e foi considerada nos anos 90 como uma das empresas mais inovadoras (Li ; 2010). A *Enron* terá começado o seu funcionamento como comerciante de tubos mas rapidamente diversificou o seu ramo de atividade e dedicou se á comercialização de gás natural e em 1992 já era considerada a maior empresa desta área da América do Norte, sendo este o negócio que mais lucro trazia (Healy e Palepu, 2003). Em 2001 a companhia apresentava-se como dona de um conglomerado económico que possuía diversos serviços na área da energia a nível internacional. Nesse mesmo ano foi descoberto que a condição financeira da empresa passava por uma grande fraude contabilística criativamente planeada. A *Enron* teria utilizado centenas de empresas falsas para financiar ou gerir riscos associados a diversos ativos de forma a não ter de reconhecer qualquer dívida. Fraudes como esta terão obrigado os auditores a observar de forma diferente a sua atividade, e a compreenderem que para se realizar auditoria de forma eficaz teriam de se conhecer primeiro todas as regulações envolventes, e também teriam de ter conhecimento de várias maneiras que possivelmente poderiam ser utilizadas para se contornarem as regras. A certeza de que algo estaria errado terá sido confirmada quando a *Enron* colapsou dias depois de ter sido auditada com nota positiva por parte dos auditores. Este marco terá sido um ponto de mudança na atividade dos auditores.

Na sequência destes escândalos, em 2002 foi publicada a lei Sarbanes-Oxley (SOA). Como *Costa* (2010, p.67) refere a principal função desta lei é “proteger os investidores melhorando a precisão e a fiabilidade das demonstrações financeiras das empresas emitentes de valores mobiliários e, através do Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB), a monitorizar os auditores de tais empresas”.

Hoje em dia e como cada vez mais vivemos num mundo mais globalizado a principal preocupação na área da auditoria prende-se com a constante harmonização e adoção de normas e padrões internacionais.

### **1.1.2 Pressuposto da continuidade**

O Auditor de forma a evitar os escândalos financeiros mencionados previamente, deverá cada vez mais pautar a sua atuação com vista da manutenção do princípio de continuidade. Segundo Almeida (2000, p.89), “a continuidade-descontinuidade da empresa pressupõe, igualmente, o recurso a procedimentos de revisão adequados”.

De acordo com Alves (2017, p.5), “a avaliação do pressuposto da continuidade é feita com base na informação disponível sobre o futuro, em particular a relativa aos 12 meses seguintes à data das demonstrações financeiras. É de relevar que se a entidade não tiver um histórico de lucros recentes e disponibilidade de financiamento, a avaliação é feita através de fatores tais como:

- Rendibilidade corrente e esperada;
- Esquemas de reembolso da dívida;
- Fontes de financiamento de substituição.

O mesmo autor indica que “os auditores devem concluir sobre a existência ou não de incertezas materiais quanto à capacidade das empresas prosseguirem em continuidade, e avaliar se o órgão de gestão utilizou de forma apropriada este pressuposto, de acordo com a norma internacional de auditoria 570, geralmente referida como ISA 570 – Continuidade.” No caso de existirem diversas incertezas, e segundo Pereda (1996, p.90) “a suspensão de pagamentos ou a falência é um julgamento empresarial da gestão e é uma sombra que a sociedade, em geral, projecta sobre a auditoria que não foi capaz de prever estas circunstâncias, por muito que a profissão auditora mantenha que não é responsável pelos factos futuros.”

## **1.2 Tipologias de auditoria – Interna e externa**

As auditorias podem classificar-se como auditorias internas ou auditorias externas, mas no fundo aquilo que a auditoria deverá fazer será um exercício de avaliação e confirmação sobre tudo aquilo que é exercido por outrem. Contudo, tudo isto terá de ser realizado numa base de “rigor, independência e objetividade” (Marques, 1997).

Tal como o Institute of Internal Auditors (IIA) nos transmite “a auditoria interna é uma atividade independente, de avaliação objetiva e de consultoria, que tem como objetivo acrescentar valor e melhorar as operações de uma organização. Ela pretende ajudar a organização na prossecução dos seus objetivos através de uma abordagem sistemática e disciplinada, na avaliação da eficácia da gestão de risco, do controlo e dos processos de governação.”

Uma auditoria externa também é uma atividade extremamente independente, mas é realizada por uma entidade externa à entidade que está a ser alvo da auditoria. Os auditores externos deverão ser um instrumento valioso que deveria ser utilizado por diversas empresas de forma a monitorizar e controlar diversas operações. A auditoria externa deveria também adicionar valor às demonstrações financeiras das diversas entidades, dado que deverá reduzir a probabilidade da ocorrência de erros deliberados nas mesmas.

O trabalho desempenhado tanto pela auditoria interna como pela auditoria externa é semelhante em diversas lacunas. Ambas utilizam o planeamento e a calendarização como instrumento vital no seu funcionamento. Segundo Martins e Morais (2007, p.45) ambas realizam uma análise do risco e da materialidade e, o ponto inicial para realizar o seu exame baseia-se no controlo interno. Ambas identificam, analisam e estudam os procedimentos de controlo interno, efetuando testes aos mesmos, com o intuito de identificar erros e falhas, para posteriormente sugerir modificações e melhorias para os erros encontrados anteriormente.

Contudo, apesar das suas semelhanças também existem diferenças. De acordo com Marques (1997, p.53) as principais diferenças entre estes dois tipos de auditoria são notórias no objetivo da própria auditoria, no destinatário do trabalho efetuado e no timing em que cada uma destas auditorias é realizada.

### **1.2.1 Auditoria Interna**

A AI terá como principal função avaliar o processo de gestão, no que se refere aos seus diferentes aspetos, tais como a Corporate Governance, gestão de risco e procedimentos na adesão às normas, apontando eventuais desvios e vulnerabilidades às quais cada organização está sujeita.

Inácio (2014) menciona que o auditor interno deverá ter como principal preocupação a eficiência e eficácia da auditoria para garantir a fiabilidade da informação financeira e também dos procedimentos, operações, cumprimento da legislação e regulamentos em vigor. Cabe à AI aglomerar três dimensões: o controlo interno, a gestão de risco e o *governance* das sociedades.

A AI exerce funções muito importantes nas organizações. Segundo Morais e Martins (2007, p.91), podemos conceituá-la como, “*uma função contínua, completa e independente, desenvolvida na empresa, por pessoal desta ou não, baseada na avaliação do risco, verifica a existência, o cumprimento, a eficácia e a otimização dos controlos internos e dos processos de governação ajudando ao cumprimento dos seus objetivos*”. A auditoria interna será definida como um processo contínuo inversamente à Auditoria Externa, dado que o objetivo da auditoria interna não se prenderá apenas com garantir a fiabilidade das diversas informações, mas sim evoluir e desenvolver os processos e garantir a eficácia dos mesmos. A auditoria interna tratar-se-á de uma função completa e universal, porque observa a organização como um todo e não apenas uma parte e é considerada por muitos autores como uma peça fundamental para garantir a continuidade das mais diversas organizações. A AI é também uma função totalmente independente pela maneira autónoma como funciona, tem total acesso a todas as áreas e departamentos que constituem a organização, e mantém uma relação impessoal que com todas essas áreas.

Na maioria das organizações, as auditorias internas serão realizadas por colaboradores da própria organização, o que irá representar uma vantagem devido ao conhecimento destes profissionais em relação aos processos da empresa. Para Seiffert (2013) “a contratação de consultores para o processo de auditorias internas não é um procedimento recomendável, pois reduz a autonomia da organização em relação à manutenção do seu sistema de gestão.” Assim, a AI é realizada por profissionais da própria organização e os resultados obtidos colaboram de uma forma mais efetiva para o aperfeiçoamento do sistema de gestão.

Desta forma a Auditoria interna é indispensável para a gestão das mais diversas organizações, mas um aspeto fundamental para garantir a eficácia e eficiência dos processos de auditoria interna consiste em manter uma total independência ao longo dos trabalhos realizados.

### **1.2.2 Auditoria Externa**

O conceito de auditoria externa, ou financeira, não será de todo um conceito fácil de definir, devido á sua extensa complexidade, contudo destacam-se algumas definições por diversos autores:

Conforme o glossário do “Manual de auditoria – Princípios fundamentais” do Tribunal de contas (2016; p. 130) a auditoria externa ou financeira é a auditoria “que se destina, entre outros aspetos, a determinar se a informação financeira de uma entidade foi preparada, em todos os aspetos materiais, de acordo com a estrutura conceptual de relato financeiro aplicável, de modo a habilitar o Tribunal a expressar um juízo sobre essa mesma informação.”

Para o *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA), a Auditoria Externa consiste no processo continuo que permite obter e analisar evidências a respeito de diversas asserções enquadradas nas demonstrações financeiras, relativas a diversas situações e transações económicas da entidade, visando certificar o grau de correspondência entre essas asserções e as normas de referência existentes, e comunicar os resultados dessa avaliação aos interessados.

De acordo com o dicionário online da língua portuguesa de 2021 “Priberam”, o conceito de auditoria também apresenta diversas definições:

1. “Cargo de auditor”;
2. “Análise e avaliação do estado contabilístico de uma empresa ou instituição feita por um especialista em assuntos financeiros e económicos;
3. “Fiscalização da legalidade ou da conformidade de uma atividade, de um serviço, de um sistema, de um processo, etc.”

Segundo o Wikipédia, a auditoria financeira consiste em “toda prova obtida pelo auditor, com a aplicação dos procedimentos de auditoria, para avaliar se os critérios estabelecidos estão sendo ou não atendidos. Ou seja, são fatos resultantes dos programas de auditoria que remetem a deficiências encontradas na entidade auditada.”

Ao longo de diversas definições podemos concluir que a auditoria externa consiste num processo de validação e consolidação da informação disponibilizada pelas empresas feita pelos auditores externos, sendo emitida uma opinião sobre a forma de Certificação Legal de Contas (CLC) pelo Revisor Oficial de Contas. Esta auditoria surgiu da necessidade que as entidades têm em transmitir uma maior confiança e fiabilidade em relação às suas demonstrações financeiras. A auditoria externa baseia-se em asserções subjacentes às demonstrações financeiras e tem como objetivo expressar uma opinião sobre esta por parte de um profissional competente e totalmente independente, que é o auditor.

As Normas Internacionais de Auditoria 200 (ISA 200) indicam que, “o objetivo de uma auditoria é aumentar o grau de confiança dos utilizadores interessados nas demonstrações financeiras” e atualmente a Ordem dos Revisores (OROC), representa e

regula a atividade dos ROC's. Nos dias que correm e conforme o site da OCC<sup>1</sup> “as sociedades anónimas são obrigadas a possuir ROC para efetuar a certificação legal de contas, incluído no conselho fiscal ou em nomeação de fiscal único, conforme o artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

As sociedades por quotas que não tiverem um conselho fiscal, e desde que ultrapassem dois dos três limites previstos no n.º 2 do artigo 262.º do Código das Sociedades Comerciais, durante dois anos consecutivos, terão que designar um Revisor Oficial de Contas para que este proceda à revisão legal de contas. Os limites previstos no n.º 2 do artigo 262.º do CSC, desde 1 de janeiro de 2002 (com a alteração dada pelo Decreto-Lei n.º 343/98, de 6 de novembro) são os seguintes:

- a) Total do balanço: 1 500 000 euros;
- b) Total das vendas líquidas e outros proveitos: 3 000 000 euros
- c) Número de trabalhadores empregados em média durante o exercício: 50.”

Como indica o site oficial da conceituada “Delloite”<sup>1</sup> a “Auditoria é um processo altamente complexo e a importância dos auditores como elo vital na cadeia de demonstrações financeiras nunca foi tão importante e nunca o seu papel como conselheiros fidedignos foi tão valorizado.

### **1.2.2.1 Funções de um auditor externo**

Segundo Toh (2016, pag.6), um auditor externo deverá contribuir para o “bem-estar” da empresa auditada e também para a redução e otimização dos problemas da mesma. Como tal, para isso se desencadear, o auditor deverá desempenhar diversas funções, e deverá estar ciente dos seus direitos e deveres, como tal o autor identifica e explicita quais são.

- Verificação de erros e/ou fraudes: Numa auditoria de demonstrações financeiras, o auditor irá examina o risco de ocorrer um erro e/ou uma fraude. Nesta visão, a função primária de um auditor externo será projetada para entregar aos utilizadores das demonstrações financeiras a garantia razoável de que irão ser detetados determinados erros ou fraudes cujo seu valor material seja significativo.
- Os auditores externos deverão ter acesso a todos os acontecimentos marcantes, que tenham acontecido previamente que impliquem uma importância significativa para as demonstrações financeiras, sejam eles práticas ilegais ou mesmo factos de outro teor.
- Auditar diversas transações e estimativas contabilísticas: As grandes empresas realizam frequentemente transações com diversas entidades externas. Nessas situações deverão existir sempre documentos e registos contabilísticos que as identificam, o que indica que estes documentos e registos irão ser parte da prova que deverá ser analisada pelo auditor. O

---

<sup>1</sup> <https://www2.deloitte.com/pt/pt/pages/audit/solutions/what-is-audit.html>, consultado a 19/11/2021

auditor deverá também manter um determinado cuidado no que toca a estimativas contabilísticas pois as mesmas poderão variar e distorcer a realidade. Uma má estimativa contabilística opõe-se totalmente ao princípio da continuidade da empresa, por isso o auditor deverá procurar estar atento a este tipo de problemáticas.

Segundo Pereira (2012, pag. 2), “o auditor interno auxilia a empresa na procura e aumento deste valor. No nosso país, pode-se presumir que o auditor externo ainda não expandiu o seu trabalho para esta área”. Fundamentalmente a diferença entre o auditor interno externo, deverá ser esta.

### **1.3 Independência do Auditor**

Ao longo da história, o conceito de “independência” é um conceito que terá nascido em Inglaterra e nos Estados Unidos e que com o passar do tempo tem vindo a sofrer algumas modificações perante o seu significado inicial devido à evolução do mundo empresarial e a sucessivos escândalos financeiros, como indicam Baker (2005) e Costa (2010).

O termo “Independência” é um termo que está intimamente relacionado com o conceito de auditoria e que sempre suscitou debate e preocupação. A independência será no fundo um requisito essencial para a realização de trabalhos em auditoria. Asokan Anandarajan., et al (2010), terá apresentado um estudo sobre as diferentes perceções de Independência na auditoria e terá concluído que o conceito de alcançar a independência é profundamente problemático, dado que para ele esta é impossível de se realizar. Na sua ótica, a “verdadeira” independência é extremamente difícil de atingir, devido a um leque abrangente de pressões contraditórias ao nível social, profissional, financeiro e legal que enfrentam os auditores e as suas empresas.

Os autores Mautz e Sharaf (1961) consideram a “independência da auditoria, como sendo a característica que faz com que o auditor se mantenha afastado de qualquer tipo de interesse que possa vir a afetar o seu trabalho”. Como se verifica, o conceito de independência dos auditores, é variável dependendo da perspetiva do autor, mas entram em concordância, na medida em que, os autores partilham a ideia da imparcialidade profissional, entendida como um fator que, está intimamente ligado com a ética do próprio profissional de auditoria.

Para Marques (1997, pag.60) “a independência na realização das ações é uma das questões fundamentais para o bom desempenho da função de auditoria e, consequentemente, para a utilidade do serviço prestado, tanto mais necessária quanto os trabalhos a desenvolver mais entrarem nos caminhos da gestão”.

Segundo o Código de Ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas<sup>2</sup> de 2011, os auditores deverão cumprir os seguintes princípios fundamentais: integridade, objetividade, competência e zelo profissional, confidencialidade e comportamento profissional. O que indica que a independência e a integridade são um requisito importante para os trabalhos em auditoria. Seguidamente, no ponto 2.1.4 podemos

---

<sup>2</sup> <https://www.oroc.pt/Uploads/Files/CodigoEtica2011.pdf> consultado a 20/11/2021

observar que “um auditor não se deve comprometer conscientemente em qualquer relacionamento comercial, ocupação ou atividade que diminua ou possa diminuir a integridade, a objetividade ou a boa reputação da profissão o que, naturalmente, seria incompatível com os princípios fundamentais.”

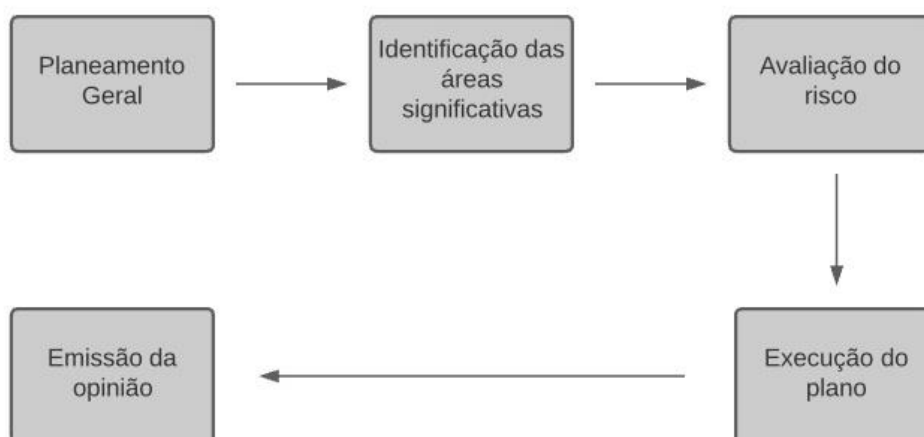
De acordo com o Corporate Finance Institute<sup>3</sup>, existem quatro principais ameaças à independência do auditor, isto é, quatro formas possíveis de potencialmente comprometer a integridade de um trabalho de auditoria:

- **Conflito de Interesses:** O conflito de interesses surge quando o auditor age de acordo com os seus próprios interesses. Potencialmente poderão ser interesses emocionais, financeiros ou interesses pessoais. O auditor poderá favorecer, consciente ou inconscientemente, esses autointeresses acima da obrigação de realizar uma auditoria independente.
- **Ameaças de auto-análise:** Este tipo de ameaças poderá surgir quando o auditor analisa e julga criticamente o trabalho que terá sido feito por ele mesmo ou pelos seus colegas. Neste caso irá representar um maior obstáculo à avaliação imparcial do trabalho da própria organização do que iria representar no caso do trabalho ser analisado por outra pessoa ou até mesmo por um profissional de uma outra organização.
- **Ameaça de familiaridade:** Geralmente surgem este tipo de ameaças quando o auditor é influenciado por ter uma relação íntima com o auditado. Tal ameaça poderá estar presente sempre que o auditor não é suficientemente cético quanto às asserções do auditado e, como resultado, aceita imediatamente o seu ponto de vista, não utilizando o seu próprio espírito crítico.
- **Ameaça de intimidação:** Esta ameaça poderá surgir quando o auditor será potencialmente coagido pelos auditados ou por outras partes interessadas no mesmo, ou quando terão sido praticadas qualquer tipo de ações que obstruam o auditor de julgar objetivamente todo o tipo de matéria.

---

<sup>3</sup> <https://corporatefinanceinstitute.com> consultado a 20/11/2021

## 1.4 Etapas da elaboração de um trabalho de Auditoria Externa



*Figura 1 – Etapas de um trabalho de auditoria  
Fonte: Elaboração própria*

No esquema supra apresentado podemos verificar quais são as principais etapas para a realização de um trabalho de auditoria. Começando pelo início, obviamente, podemos visualizar que está presente o “Planeamento Geral”, este planeamento é essencial para entender previamente todas as dinâmicas envolvidas na empresa em causa. Segundo Almeida (2014), “o conhecimento da entidade permite, também, que os auditores identifiquem problemas, planeiem e realizem a auditoria de forma eficaz e eficiente e avaliem as provas da mesma.”

De acordo com a ISA 200<sup>4</sup> o planeamento serve também para enquadrar a empresa auditada nos “*objetivos gerais do auditor independente e conduzir a auditoria de acordo com as normas internacionais de auditoria*”. Ao interpretar a ISA 300<sup>5</sup> podemos concluir que para planejar uma auditoria deveremos relacionar a estratégia global de auditoria com o plano que irá ser utilizado. Um planeamento adequado irá oferecer sinergias positivas para as demonstrações financeiras tais como:

- Ajudar o auditor a destinar atenção apropriada às áreas relevantes da auditoria;
- Auxiliar o auditor a identificar e resolver os potenciais problemas em tempo apropriado;
- Permitir ao auditor organizar e gerir devidamente o trabalho de auditoria, para que seja executado de maneira eficaz e eficiente;
- Possibilitar a seleção de membros da equipa de trabalho com capacidade e competência apropriadas para proporcionar uma resposta aos riscos antecipados e a afetar adequadamente o respetivo trabalho aos mesmos;
- Facilitar a direção e supervisão dos membros da equipa de trabalho e a revisão do seu trabalho;

<sup>4</sup> [https://www.igf.gov.pt/Referenciaisnormasauditoria/Anexo\\_2.pdf](https://www.igf.gov.pt/Referenciaisnormasauditoria/Anexo_2.pdf), consultado a 22/11/2021

<sup>5</sup> <https://www.ifac.org/system/files/downloads/a016-2010-iaasb-handbook-isa-300.pdf>, consultado a 22/11/2021

- Apoiar, quando for possível, a coordenação dos trabalhos por auditores de componentes e por peritos na matéria.

A ISA 300 sublinha os seguintes requisitos prévios para a realização de trabalhos em auditoria:

- a) Realização de procedimentos relativos à aceitação do trabalho.
- b) Avaliar se estão a ser cumpridos todos os requisitos éticos, incluindo os princípios de independência.
- c) Estabelecer um acordo relativo às condições de trabalho.

A ISA 300 pressupõe ainda que numa fase preliminar do trabalho em auditoria, o auditor deverá ter em atenção os seguintes trabalhos a realizar:

- a) Identificar as características do trabalho que irá ser realizado;
- b) Obtenção de uma compreensão geral das leis e regulamentos aplicáveis à entidade e como é que esta os cumpre;
- c) Determinação da Materialidade por julgamento profissional;
- d) Estabelecer o envolvimento de Peritos qualificados;
- e) Execução de outros procedimentos de avaliação de risco;

A ISA 315 - *Identificar e avaliar os riscos de distorção material através do conhecimento da entidade e do seu ambiente*<sup>6</sup>, indica que o seu principal objetivo é fazer com que o auditor identifique e avalie os riscos presentes devido a fraudes, ou erros, através de um conhecimento prévio em diversas áreas da entidade em questão. Para isso será importante ao auditor conhecer e avaliar os sistemas de controlo interno.

A ISA 320- *Materialidade no planeamento e na execução de uma auditoria*<sup>7</sup> transmite-nos de que forma é que a materialidade é aplicada na avaliação do efeito de distorções identificadas e de distorções não corrigidas, caso existam.

Para Arens (et al) (2005), a definição de materialidade dada pelo FASB revela alguma dificuldade de aplicação prática do conceito de materialidade. Acrescente-se que todas as definições apresentam alguma falta de clareza na definição daquilo que é a materialidade.

A materialidade é um conceito chave para compreender se determinados acontecimentos podem ou não ter efeito material na decisão que irá ser apresentada ao utente da informação financeira. A materialidade não será calculada de forma meramente

---

<sup>6</sup> <https://ifrs.ocpcangola.org/ifrs/wp-content/uploads/2017/07/A046-2012-IAASB-Handbook-ISA-315-Revista-PT.pdf>

<sup>7</sup> <https://ifrs.ocpcangola.org/ifrs/wp-content/uploads/2017/07/A019-2012-IAASB-Handbook-ISA-320-PT.pdf>

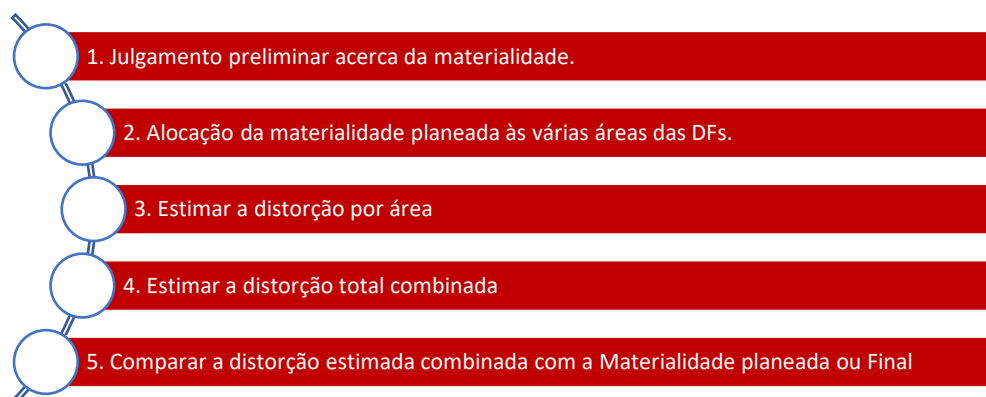
matemática, a materialidade é um assunto de julgamento profissional. O *International Accounting Standards Board* (IASB)<sup>8</sup> em 1989 indica que a informação é material “se a sua omissão ou a distorção poder influenciar as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nas demonstrações financeiras. A materialidade depende do tamanho do item ou do erro julgado nas circunstâncias particulares da sua omissão ou da sua divulgação indevida. Assim, a materialidade proporciona um patamar ou ponto de corte ao invés de ser uma característica qualitativa primária que a informação deve ter para ser útil. ”

A nível nacional, e em termos práticos, a OROC<sup>9</sup>, clarifica que a ISA 320 deverá ser utilizada para:

- Avaliar o agregado dos erros totais ao nível da conta e ao nível das demonstrações financeiras.
- Avaliar o agregado dos erros totais, incluindo o efeito líquido das distorções não corrigidas no saldo de abertura dos resultados acumulados.
- Quando o agregado das distorções se aproximar da materialidade global ou da materialidade específica, determinar se devem ser executados procedimentos de auditoria adicionais.
- Considerar rever as áreas com maiores distorções.
- Efetuar julgamentos acerca da natureza e sensibilidade das distorções identificadas, assim como a sua dimensão.
- Determinar se o relatório de auditoria necessita ser modificado devido a distorções materiais não corrigidas.

Como julgado previamente, a materialidade global ou de execução deverá ser calculada de através de julgamento profissional pelo auditor, ou seja, não existe nenhuma percentagem, ou calculo, que possa calcular a materialidade de forma exata e linear pois esta poderá variar consoante o grau de risco da empresa auditada.

Para Arens (2005) as etapas fundamentais para a aplicação da materialidade são as seguintes:



1. Adaptado de Arens (et al) (2005, pag 233)

<sup>8</sup> <https://www.ifrs.org/news-and-events/news/2018/10/iasb-clarifies-its-definition-of-material/>, consultado a 06/12/2021

<sup>9</sup> [https://www.oroc.pt/uploads/normativo\\_tecnico/auditoria-guias/GUIA%20DE%20APLICACÃO%20DAS%20ISA.pdf](https://www.oroc.pt/uploads/normativo_tecnico/auditoria-guias/GUIA%20DE%20APLICACÃO%20DAS%20ISA.pdf), consultado a 06/12/2021

No entanto diversos autores, serão capazes de avançar com valores que na maioria das vezes deverão levar á obtenção de uma materialidade correta, contudo gostaria de referir que nesta matéria cada empresa apresenta características únicas e como tal deverá ser utilizada a capacidade do auditor de julgar da melhor forma a empresa auditada. Costa (2010, p.210) foi um dos autores que avançou com alguns valores como irei demonstrar na tabela seguinte. De referir que estes valores são referentes á Materialidade Global.

Indicador de Referência	Intervalo	
	Inferior	Superior
Resultado antes de imposto	5%	10%
Volume de negócios	0,5%	2%
Total do ativo	1%	2%
Total do ativo corrente	5%	10%
Total do Capital Próprio	1%	5%
Total do passivo corrente	5%	10%

*Tabela 1 – Indicadores de referência da materialidade global*

*Fonte: Costa, p.210 (2010)*

Seguidamente, a ISA 330<sup>10</sup>- “As respostas do auditor a riscos avaliados”, aborda qual será a responsabilidade do auditor no sentido de conceber e implementar respostas aos riscos de distorção material identificados e avaliados previamente. Como tal o auditor deverá “conceber e executar procedimentos adicionais de auditoria cuja natureza, oportunidade e extensão se baseiam e respondem aos riscos avaliados de distorção material ao nível de asserção”, nomeadamente testes aos controlos da organização.

Em determinados casos poderá ser deliberado que somente os testes aos controlos poderão transmitir um grau de segurança adequado em relação aos riscos avaliados. Contudo noutras situações poderá suceder-se o inverso, isto é, quando os controlos não transmitem um grau de fiabilidade elevado deverá proceder-se á utilização de procedimentos substantivos para colmatar a ineficácia dos controlos.

<sup>10</sup> <https://ifrs.ocpcangola.org/ifrs/wp-content/uploads/2017/07/A020-2012-IAASB-Handbook-ISA-330-PT.pdf>

A avaliação de risco varia na mesma proporção da prova que necessita de ser obtida, isto é, quanto mais alta for a avaliação de risco, mais fiável e relevante deverá ser a prova de auditoria adquirida através de procedimentos substantivos. A dimensão dos procedimentos de auditoria a serem realizados, varia diretamente com a avaliação do risco, ou seja, quanto maior é o risco, mais procedimentos devem ser feitos de forma a obter prova suficiente para minimizar esse risco.

A ISA 700<sup>11</sup> – “Formar uma opinião e relatar sobre demonstrações financeiras” aborda fundamentalmente “a responsabilidade do auditor no sentido de formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Aborda também a forma e conteúdo do relatório do auditor emitido em consequência de uma auditoria de demonstrações financeiras. “

Os objetivos do auditor são:

- a) “Formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras baseada numa avaliação das conclusões extraídas da prova de auditoria obtida”
- b) “Expressar claramente essa opinião através de um relatório escrito que descreve também a base para essa opinião.”

A realização do relatório de auditoria deverá corresponder à conclusão de todas as análises e trabalhos que foram realizados anteriormente, e é também neste processo que é transmitida aos utilizadores da informação financeira a opinião do auditor sobre as Demonstrações Financeiras. Quando a opinião do auditor não virá a ser vítima de algum tipo de reparo, ou seja, quando é uma opinião limpa, o relatório do auditor irá conter apenas a opinião que as DF's apresentam de forma “verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa de uma entidade de acordo com a estrutura conceptual de relato financeiro adequado.”<sup>12</sup> Caso a opinião do auditor venha a sofrer algum tipo de reparo, nesse caso, segundo a ISA 705<sup>13</sup> – “Modificações à opinião no relatório do auditor independente”, o relatório do auditor poderá conter reservas, por limitações de âmbito, ou por desacordo:

- Reserva por limitação de âmbito: A reserva por limitação de âmbito pode surgir devido a inúmeros fatores, contudo, consiste essencialmente quando o cliente, por algum motivo em específico não permite ao auditor realizar procedimentos que este considere indispensáveis para a emissão da opinião. Poderá também surgir este tipo de reserva quando na visão do auditor os registos contabilísticos estejam adequados para análise, ou quando o auditor não consiga aplicar procedimentos considerados

---

<sup>11</sup> <https://ifrs.ocpcangola.org/ifrs/wp-content/uploads/2017/07/A037-2012-IAASB-Handbook-ISA-700-PT.pdf>, consultado a 13/12/2021

<sup>12</sup> <https://www.occ.pt/fotos/editor2/SNC%20-%20EstruturaConceptualDIS1409.pdf> consultado a 15/12/2021

<sup>13</sup> <https://ifrs.ocpcangola.org/ifrs/wp-content/uploads/2017/07/A038-2012-IAASB-Handbook-ISA-705-PT.pdf> consultado a 13/12/2021

indispensáveis e que não possam vir a ser substituídos por procedimentos alternativos.

- Reserva por desacordo: As reservas por desacordo surgem quando existem erros, omissões ou mesmo discordâncias com o órgão de gestão relativamente á aplicação de princípios contabilísticos, às asserções que sustentam as DF's, à aceitação do método e da aplicação das políticas contabilísticas adotadas.

No caso de existirem situações que não modificam a opinião do auditor, deverá ser utilizada a opinião com ênfases, isto é, como o próprio nome indica, uma opinião que pretende enfatizar um determinado aspeto das demonstrações financeiras, considerado relevante para os utentes da informação.

Já se o auditor não conseguir afirmar com segurança que as DF's apresentam um carácter verdadeiro e apropriado, devido a erros ou omissões materialmente relevantes, o auditor pode ainda praticar a escusa de opinião, a opinião adversa ou emitir uma declaração de impossibilidade. Estas situações que irei detalhar seguidamente, ocorrem quando os efeitos dos erros ou omissões são tão profundos e significativos que já não faria sentido estarem a ser colocados nas reservas de opinião. Passo a explicar:

- Escusa de opinião: A escusa de opinião surge quando as limitações ao trabalho de auditoria são tão grandes e significativas, que faz com que o auditor não consiga obter prova suficiente e apropriada para dar a opinião sobre as DF's, neste caso, vê-se obrigado a recorrer à escusa de opinião.
- Opinião adversa: A opinião adversa surge quando o auditor ao fim de ter obtido e avaliado prova suficiente e adequada para emitir uma opinião, ter concluído que existe um enorme desacordo entre a prova obtida e as demonstrações financeiras apresentadas.
- Declaração de impossibilidade: A declaração de impossibilidade surge quando o auditor não tem condições para emitir um documento onde expresse a sua opinião, devido à inexistência ou insuficiência de matéria para apreciação.

## **1.5 Limitações ao âmbito de um trabalho de auditoria externa**

Ao realizar um trabalho de auditoria, obviamente que os auditores não conseguem examinar todos os documentos possíveis, todas as transações ou mesmo todos os movimentos gerados pela empresa, pois isso seria uma tarefa praticamente impossível.

Para colmatar esta falha, o auditor deverá desenvolver métodos, nomeadamente estatísticos e/ou de amostragem, que permitam com que uma grande percentagem dos documentos ou das transações seja analisada e desta forma seja possível obter uma segurança razoável sobre os mesmos. Por exemplo, no caso de existir um elevado número de faturas que seja necessário validar, para obter prova em matéria de auditoria, o auditor não deverá analisar todas as faturas. O que o auditor deverá fazer será procurar métodos secundários de validação, neste caso, avaliar as faturas de maior valor, no caso de as mesmas representarem uma grande parte do saldo total da conta a validar, ou então por exemplo obter confirmações do “E-Fatura” dos respetivos terceiros, mas tudo isto também dependerá sempre do julgamento profissional do próprio auditor.

O que será importante para superar esta limitação serão as estratégias previamente definidas, que deverão baixar o risco e aumentar a segurança no trabalho de auditoria, mas para isso o auditor terá de ter em atenção que estas têm de ser cuidadosamente escolhidas, de forma que através delas, se consiga chegar com uma maior eficácia e eficiência a resultados concretos e dessa maneira, providenciar e fundamentar opinião do auditor sobre as demonstrações financeiras.

É importante referir também que o auditor irá analisar as demonstrações apresentadas pelos órgãos de gestão das empresas, onde predominará o julgamento profissional do gestor em diversas matérias como por exemplo:

- No cálculo das amortizações e depreciações.
- Nas estimativas de acréscimos e diferimentos.
- Na percentagem de acabamento de um contrato de construção.

Assim se vai considerar em seguida a amostragem e referir o julgamento profissional do auditor

### **1.5.1 Amostragem**

De forma geral, o conceito de Amostragem consiste na escolha de uma parte da população que iremos observar, e sobre a qual temos, de certa forma, de estimar algo sobre toda a população (Thompson, Steven K., Sampling, Second edition, Wiley NY, 2002).

O termo amostragem refere-se ao processo de eleger uma amostra da população, e dessa forma concluir sobre a população total. (Foreman, E. K., Survey Sampling Principles, Dekker, 1991).

Em auditoria, a amostragem é apresentada como um método capaz de facilitar o trabalho do auditor, pois se a amostra for escolhida corretamente, este processo permite chegar corretamente a diversas conclusões, não sendo necessário a análise de toda a “população”, ou neste caso, de todos os documentos ou provas. Costa (2010, pag 287)

salienta que, “a complexidade e o volume das operações levam, em regra, o revisor/auditor a fazer incidir os seus procedimentos de revisão/auditoria sobre amostras, as quais devem ser criteriosamente selecionadas”.

Diversos autores apresentam as suas definições para a amostragem em auditoria, mas ao longo da consulta das mesmas, podemos concluir que existe um elo comum. Todos eles referem que a amostragem aplicada aos trabalhos de auditoria consiste num processo que deverá ser aplicado a menos de 100% dos itens de forma a obtermos uma representação suficientemente eficaz e que nos induza á realidade como se de uma população se tratasse.

Existem dois tipos de amostragem:

- Amostragem estatística: Amostragem totalmente probabilística, isto é, todos os itens têm a mesma probabilidade de serem selecionados. Segundo Carvalho (2006) a amostra da amostragem estatística será obtida de forma meramente probabilística ou de acordo com regras estatísticas, o que irá promover a determinação de uma amostra eficiente e imparcial, facilita a avaliação dos resultados da amostra e permite uma avaliação dos riscos de amostragem.
- Amostragem não estatística: Amostragem de apreciação, geralmente não é totalmente aleatória e é direcionada para algum item em específico, a amostra será determinada através da experiência e do julgamento do auditor de acordo com o conhecimento que o mesmo tem sobre a entidade em causa.

	Dimensão da amostra	Seleção da amostra	Avaliação
Amostragem não estatística	Determinado pelo julgamento do auditor.	Qualquer método que, segundo o auditor, seja representativo da população	Baseado no julgamento do auditor.
Amostragem estatística	Determinada pela teoria das probabilidades	A amostra deve ser selecionada aleatoriamente de modo que cada elemento da população tenha a mesma probabilidade de ser selecionado.	A inferência estatística é usada para suportar o julgamento.

*Tabela 2 – A Amostragem em auditoria*

*Fonte: Adaptado de Almeida (2013) adaptado de Rittenberg, L, et al.,2010, Auditing -A business risk approach,7th, South-Western*

## 1.5.2 Julgamento profissional

Segundo a Norma Internacional de auditoria 200<sup>14</sup>, o julgamento profissional consiste na “Aplicação de formação, conhecimento e experiências relevantes, no contexto das normas de auditoria, de contabilidade e éticas, para tomar decisões com fundamento acerca das linhas de ação apropriadas nas circunstâncias do trabalho de auditoria”. Ao longo dos trabalhos de auditoria irão certamente surgir casos onde o auditor tenha de utilizar o seu julgamento profissional, e no caso do conhecimento sobre a empresa auditada não seja o apropriado, este julgamento poderá constituir uma limitação aos trabalhos de auditoria.

O Julgamento profissional irá sempre ser uma matéria com algum grau de relatividade. De forma a minimizar o risco inerente á utilização do julgamento profissional, o auditor deve obter um profundo conhecimento da atividade da empresa e das operações a serem auditadas. Poderá ocorrer que o auditor já possua alguma experiência resultante de auditorias passadas a clientes no mesmo setor ou até mesmo no mesmo cliente em anos passados. Contudo, cada caso deverá ser analisado de forma única na sua especificidade.

De acordo com Costa (2010), todo o processo de auditoria tem subjacente o conceito de materialidade e este está sujeito ao julgamento profissional do auditor.

## 1.5.3 Partes relacionadas

O Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) através da International Accounting Standard 24 (IAS 24), re-avaliada em 19 de julho de 2010, pelo Regulamento (UE) no 632/2010 da Comissão com a finalidade de clarificar a definição de parte relacionada. As transferências entre partes relacionadas consistem na permuta de recursos, serviços ou obrigações entre duas empresas relacionadas, autonomamente de ser cobrado ou não um preço. Esta parte relacionada pode ser:

1. Uma pessoa ou um familiar que possa ter controlo ou influência significativa nas escolhas económicas da empresa nos quais se inclui os membros do pessoal-chave da gestão;
2. Associadas ou em relação de empreendimento comum;
3. Entidades que representem um plano de benefícios pós-emprego a favor dos empregados.

Tais factos poderão obviamente constituir uma limitação de âmbito no trabalho em auditoria externa, pois poderá surgir o caso da equipa de auditoria, não compreender de forma correta a discriminação das partes relacionadas e isso poderá afetar o julgamento imparcial e independente que o auditor deverá sempre possuir. Segundo Costa (2010), “no decurso da auditoria, o auditor deve realizar todos os procedimentos que entenda necessários que o levem a identificar a existência de transações com partes relacionadas.” (p.294)

---

<sup>14</sup> <https://ifrs.ocpcangola.org/ifrs/wp-content/uploads/2017/07/A009-2012-IAASB-Handbook-ISA-200-PT.pdf>

## 1.6 A liderança, Auditoria e Controlo Interno.

Ao fim de ter apresentado diversas noções e conceitos de auditoria, iremos passar ao tema fulcral da minha dissertação, que consiste em relacionar a gestão de uma empresa com a auditoria, e quais os benefícios e vantagens que esta traz para a direção de uma organização. Art Mcneil & Jim Clemmer (1988, pag.52) referem uma ideia chave para aquilo que pretendo demonstrar na minha dissertação, passo a citar:” Uma organização «dirigida por gestores» é dominada por contabilistas, advogados, administradores comerciais, consultores e peritos em planificação. Neste caso, a chave para uma atuação melhorada é vista como a preparação de um sistema superior de planeamento e controlo que contenha os custos e, ao mesmo tempo, otimize a utilização dos recursos tecnológicos. Os melhores gestores empenham-se em analisar os números e os factos de uma forma objetiva e em tomar decisões racionais.”

Isto é, os melhores gestores serão aqueles que sabem interpretar os dados recolhidos pelos auditores e que conseguirão utilizá-los de forma a gerar vantagem competitiva e sinergias positivas dentro da organização e dessa forma progredir nos mais diversos objetivos, os melhores líderes serão aqueles que sabem aliar a componente profissional, com a componente humana, e dessa forma influenciar, e motivar os subordinados em busca de um objetivo previamente definido.

Segundo Harms (2018) os “proprietários e gerentes de empresas tendem a alinhar-se com pessoas que concordam maioritariamente com todas as decisões deles. Isso não é ideal para os negócios, pois cria uma atmosfera onde novas ideias são desencorajadas. Os Auditores externos podem ser valiosos instrumentos para descobrir práticas fraudulentas ou ineficientes e fazer sugestões de melhoria. Os mesmos podem agregar valor a uma empresa neste caso, pois são encarregues de encontrar áreas onde certos riscos não são abordados e não terão medo de abordar um cliente com possíveis más notícias.”

### 1.6.1 A Liderança

O grande desafio da gestão será guiar a organização em direção aos mais diversos objetivos. Logo o sucesso de uma gestão é mensurado essencialmente pela capacidade que a gestão tem de conseguir influenciar e liderar os seus subordinados a atingir determinados níveis de *performance* tendo sempre em conta os recursos, as capacidades e a tecnologia que a organização considera disponível.

A liderança é um conceito abordado por diversos autores ao longo da história. Irei abordar e comparar seguidamente diversas noções sobre aquilo que poderá ser entendido como liderança:

Roger Hughes, (2009) indica que na sua essência, a liderança consiste na capacidade que determinado individuo tem de influenciar os outros para atingir alguma meta ou objetivo. O mesmo, afirma também que os líderes deverão apresentar um compromisso para com os outros, e deverão também ser respeitosos e consultivos, mas por outro lado terão de ser alguém que está disposto a tomar decisões difíceis quando necessário. Para Roger Hughes, os líderes serão aqueles que estão dispostos a assumir os riscos quando assim o é necessário. Este tipo de comportamento na prática deverá requerer um bom pensamento estratégico e diversas capacidades de comunicação interpessoal e intelectualidade emocional. (traduzido de Hughes, Roger; (2009) - “*Time for leadership development interventions in the public health nutrition workforce* “)

Sebastião Teixeira (2013, p. 219), indica que a “Liderança é o processo de influenciar outros de modo a conseguir que eles façam o que o líder quer que seja feito, ou ainda, a capacidade para influenciar um grupo a actuar no sentido da prossecução dos objetivos de grupo”, mas também refere que “nem todos os líderes são gestores” e estabelece a diferença entre um líder e um gestor. “De um modo geral, pode dizer-se que a gestão tem uma abrangência maior do que a liderança, uma vez que engloba para além de aspetos comportamentais, outros que não têm que ver diretamente com o comportamento das pessoas. Resumindo, podemos afirmar que um bom gestor é necessariamente um bom líder, mas um bom líder não é necessariamente um gestor.”

Ambos os autores, definem o conceito de liderança de uma forma distinta, mas através da leitura das diversas definições podemos concluir que ambas apresentam um elemento-chave em comum, que consiste no facto de um líder ter, efetivamente de ser alguém que deverá ter a capacidade de conseguir influenciar um grupo para atingir um objetivo.

Segundo Sebastião Teixeira (2013, p.220) existem 4 estilos de liderança que poderão ser utilizados ao longo da liderança de uma organização: *Autocrático*, *participativo*, *democrático* e *Laissez-faire*. Serão descritos os mesmos ao longo da seguinte figura.

Estilos de liderança	Definição
<i>Autocrático</i>	Um líder autocrático é aquele que comunica com os seus subordinados o que é que eles têm de fazer e espera ser obedecido sem problemas.
<i>Participativo</i>	Um líder participativo é o que envolve os subordinados na preparação da tomada de decisão mas retém a autoridade final, ou seja, tem sempre a última palavra.
<i>Democrático</i>	Um líder democrático é aquele que tenta fazer o que a maioria dos subordinados desejam.
<i>Laissez-Faire</i>	Neste estilo de liderança, o líder, não está envolvido no trabalho de grupo; deixa que os seus subordinados tomem as suas próprias decisões.

Tabela 3 – Estilos de liderança

Fonte: Adaptado de Teixeira; Sebastião (2013, p. 220) “Gestão das organizações”

Através desta imagem podemos observar diversos estilos de liderança, onde cada um deles deverá ser aplicado em determinada situação específica. Por exemplo, o um líder *Autocrático* deverá ser aquele que tem por princípio impor a sua autoridade e desta forma não oferecer nenhum tipo de criatividade aos seus subordinados, este modelo de liderança pode ser útil quando é necessário obter resultados num curto período de tempo.

Um líder *participativo* prima por motivar os seus subordinados e oferece-lhes liberdade no processo de tomada de decisão o que irá fazer com que exista uma

harmonização dos objetivos da organização. Este modelo deverá facilitar a comunicação entre a informação produzida nos diferentes processos da empresa e a gestão.

Um líder *Democrático* deverá ser aquele que considera o *feedback* da sua equipa e tenta desta forma liderar através das opiniões e conhecimentos dos seus subordinados. Este modelo é extremamente motivador para os subordinados, contudo, não deverá ser adequado quando é necessário agir no curto prazo, e se não tiver a devida supervisão poderá falhar redondamente devido á falta de direção.

Um líder que utilize o modelo *Laissez-Faire* deverá estar ciente que poderá facilmente perder a autoridade e o controlo dos seus subordinados, contudo, este modelo é interessante para atividades extremamente inovadoras onde é necessário um elevado nível de investigação.

Para uma liderança eficiente de uma organização, estes modelos deverão estar aliados com algumas características particulares que um líder deverá apresentar, algumas delas deverão ser inatas, ou seja, estão intrínsecas ao individuo em si, outras poderão ser melhoradas e/ou aperfeiçoadas ao longo do tempo. Segundo Art Mcneil & Jim Clemmer (1988, p.47) a Liderança pode ser compreendida como “aquela parte da organização que se preocupa com as pessoas. É a sua dimensão humana.”. Isto é para alguém ser considerado um líder deverá atender a uma serie de características, e fundamentalmente terá de saber lidar com recursos humanos. Dentro de uma equipa é imperativo que um líder saiba como coordenar diversas pessoas com personalidades diferentes e que por vezes possam até mesmo colidir. Para qualquer individuo que tenha a função de liderar algo, deverá ser crucial manter a harmonia e o bem-estar, para dessa forma também aumentar a produtividade rumo á meta final. Na figura seguinte, *Felipa Lopes dos Reis* e *Maria João Rosa Silva* indicam-nos algumas das características e atributos fundamentais que um líder deverá possuir.

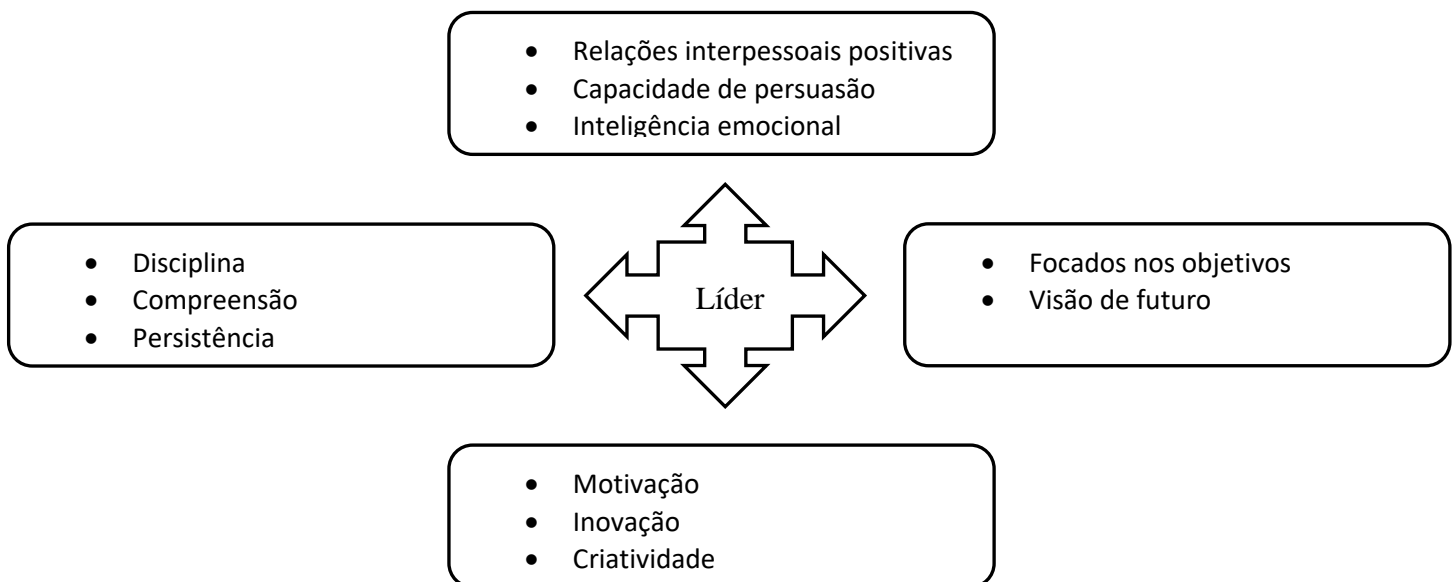


Figura 3 – Tipos de Liderança

Fonte: adaptado de Lopes dos Reis, Felipa; João Rosa Silva, Maria; (2012, p.145)- “Princípios de gestão – com exemplos práticos e casos de estudo”

## 1.6.2 A Auditoria e a Liderança

A Auditoria apresenta uma relação íntima com a Liderança de uma organização através de diversos pontos que irei explicar seguidamente. Com o passar do tempo, cada vez são mais notórios os avanços tecnológicos nas mais diversas áreas, na gestão, no marketing, no controlo interno, e a auditoria não foge à regra. Como tal, cada vez mais, os auditores possuem ferramentas de análise de evidências e de processamento de dados, que as próprias empresas não possuem, pois, a grande parte das empresas não apresenta nem a formação nem os meios necessários para uma análise a este ponto, o que é normal pois esse também não será o “core business” das mesmas, enquanto que o “core business” de uma empresa de auditoria é esse mesmo.

Através da evolução temporal e tecnológica, as empresas de auditoria não servem somente para emitir a Certidão Legal de Contas, mas sim também para apoiar a organização na prossecução dos seus objetivos de forma mais eficiente.

Uma organização está constantemente exposta a diversos riscos, a incertezas, e o principal objetivo da administração será tentar liderar de forma a reduzir esses riscos e aumentar dessa maneira a confiança e o seu valor para ela própria e para os seus stakeholders. Por exemplo, se um trabalhador furta a entidade empregadora em algum artigo que esteja em armazém, será o trabalho dos auditores ao fim de descobrir o sucedido, não só alertar a gestão como alertar também para que sejam tomadas medidas para que esse acontecimento não seja repetido no futuro e não seja furtado nenhum artigo presente em inventário.

A liderança ética da organização deverá estar relacionada com os trabalhos de auditoria realizados na empresa. Segundo Michael E. Brown, Linda K. Treviño & David A. Harrison (2005, pag120), a liderança ética é definida como a demonstração de uma conduta normativamente adequada por meio de ações pessoais e relações interpessoais, bem como a promoção da mesma conduta aos seus subordinados através da comunicação e da tomada de decisão. Os líderes éticos deverão ser caracterizados como indivíduos honestos, cuidadosos e com princípios morais, que tomam decisões justas e equilibradas e que comunicam com frequência com os seus subordinados sobre ética e definem padrões comportamentais claros com recurso a recompensas e punições para que as suas normas sejam seguidas, como tal, será imperativo que a auditoria mantenha a independência e que esteja também em linha com a honestidade de quem lidera a organização, de forma a que seja garantida a máxima honestidade e imparcialidade em qualquer tipo de tomada de decisão e como consequência obter os melhores princípios de ética possíveis.

A Auditoria deverá também atuar como um instrumento de combate à corrupção, e atuar em conformidade com as normas existentes ao detetar qualquer indício de corrupção. Um bom planeamento da auditoria deverá facilitar a deteção de qualquer atividade corrupta suspeita, apesar de isto não ser a prioridade de um trabalho de auditoria.

### 1.6.3 Controlo interno

Para além do conceito de Auditoria e liderança, existem outros conceitos importantes para se perceber e relacionar a forma como a Auditoria lida e influencia a monitorização dos riscos de qualquer empresa. A simbiose perfeita será conseguir conjugar positivamente a auditoria com a liderança da gestão de topo, para isto, será necessário utilizar processos de controlo interno eficazes.

Para Almeida (2017, pag 337) “a avaliação de risco é um processo desencadeado pelo órgão de gestão que permite identificar, analisar e responder a esses riscos. As constantes mudanças no ambiente económico, industrial, legal e operacional, obrigam as organizações a estarem atentas a essas mudanças e ao modo como elas podem influenciar os seus objetivos”.

De acordo com Pinheiro (2014, p.109) uma atividade de controlo “compreende as políticas e procedimentos que permitem garantir a observância das orientações da gestão, com o objetivo de minimizar os riscos inerentes ao exercício da atividade”.

Segundo Costa, (2010), o Controlo Interno é um conceito que engloba todas as operações que constituem uma organização. Ao longo dos anos, foram várias as definições de CI que foram surgindo. Assim sendo, o conceito de controlo interno é um conceito extremamente amplo.

Segundo diversos autores, o AICPA foi o primeiro organismo a estabelecer uma definição de CI, no ano de 1934, onde elucidava que o CI inclui um plano de organização e coordenação de todos os métodos e medidas utilizadas por uma entidade com o objetivo de garantir e salvaguardar os seus ativos, verificar a adequação e confiabilidade dos dados contabilísticos, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão a políticas estabelecidas pelo órgão de gestão (AICPA, 1972).

Em 1992, o COSO (2013) definiu o CI como um método desenvolvido pela Administração, órgãos de gestão e outros funcionários da entidade com a finalidade de proporcionar um grau de confiança razoável na concretização dos seguintes tópicos:

- Aumentar a eficácia e eficiência das operações;
- Aumentar a fiabilidade das demonstrações financeiras;
- Promover o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis;
- Salvaguardar os seus ativos e os seus recursos humanos, financeiros e físicos;
- Assegurar a veracidade, fiabilidade, integridade e oportunidade dos registos contabilísticos e da respetiva informação financeira;
- Prevenir e detetar fraudes e erros, atitudes de desperdício, abusos ou práticas anti-económicas ou corruptas e outros atos ilegais;
- Produzir informação financeira fiável e rápida;
- Assegurar o cumprimento das políticas de gestão adotadas e dos planos e procedimentos da organização;
- Conduzir e executar as suas atribuições / objeto social, programas, projetos, atividades e funções de uma forma regular, produtiva, económica, eficiente e eficaz; e
- Produzir informação de gestão relativa aos resultados e efeitos alcançados.

Posto isto, a conjugação do controlo interno, com a gestão de topo e a Auditoria será fulcral para qualquer entidade dado que é de extrema importância que esta articulação possa ser realizada. Existem diversos tipos de Controlo Interno, como se poderá observar na Figura 4 onde será apresentado os diversos tipos de CI assim como o seu objetivo e seguidamente um exemplo onde os mesmos poderão ser aplicados numa situação prática.

	<b>Objetivo</b>	<b>Exemplo</b>
<b>Preventivos</b>	Impedir a ocorrência de factos indesejáveis.	Obrigar a duas assinaturas em todos os pagamentos.
<b>Detetivos</b>	Detetar factos indesejáveis já ocorridos.	Elaborar conciliações bancárias.
<b>Corretivos</b>	Retificar problemas identificados.	Elaboração de relatórios de atrasos de cobrança de dívidas.
<b>Orientativos</b>	Transmitir orientações para a ocorrência de factos desejáveis.	Criar regulamentos internos na entidade.
<b>Compensatórios</b>	Compensar fraquezas de controlo em outras áreas.	Cruzamento de dados de departamentos conexos (ex.: entradas de armazém e conta de compras).

*Figura 4– Tipos de Controlo Interno*

*Fonte: Adaptado de Morais e Martins (2007)*

## **Perguntas de investigação**

- 1) A auditoria está a contribuir para a redução e otimização dos problemas da organização? (Toh, 2016)
- 2) De que forma a auditoria externa auxilia a gestão na tomada de decisão? (Pereira, 2012)
- 3) Cabe ao Auditor garantir a continuidade de um negócio? (Pereda, 1996)
- 4) O Auditor acrescenta credibilidade às Demonstrações Financeiras? (Costa, 2010)
- 5) Qual o valor acrescentado da auditoria externa na gestão das mais diversas empresas? (Harms, 2018)
- 6) Qual é a contributo da auditoria para a monitorização dos riscos estratégicos da organização? (Almeida, 2017)
- 7) Qual o grau de independência dos auditores externos na realização dos trabalhos em Auditoria? (Marques, 1997)
- 8) Um auditor quando aceita um trabalho de Auditoria deve obter o máximo de informação acerca da entidade que vai auditar? (Almeida, 2014)
- 9) Como saber se o auditor definiu bem a materialidade? (Arens, 2005)
- 10) Quando é que um Auditor deve recorrer ao seu julgamento profissional? (Costa, 2010)

## **CAPÍTULO II – [METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO]**

---

## 2 Metodologia de investigação

A palavra “método” tem origem no vocábulo grego “methodos”, que significa “o caminho a percorrer para se chegar a um determinado fim”.

No capítulo da Metodologia de Investigação o objetivo será, identificar alguns meios disponíveis para se desenvolver um trabalho de investigação, ou seja, descreve-se a forma como a investigação vai decorrer. Neste capítulo, o investigador diz-nos como irá ser desenvolvido o seu trabalho de pesquisa e dentro dos vários métodos de pesquisa irá escolher alguns, devendo fundamentar a sua opção. Para suportar esta abordagem podemos citar Coutinho (2014), que indica que “o objetivo da metodologia é ajudar-nos a compreender, no sentido mais amplo, não os resultados do método científico, mas o próprio processo em si”

Segundo Cohen, Manion & Keith (2007) uma investigação pode ser definida como sendo o melhor processo de chegar a soluções fiáveis para problemas, através de recolhas planeadas, sistemáticas e a respetiva interpretação de dados. É uma ferramenta de máxima importância para incrementar o conhecimento e, deste modo, promover o progresso científico permitindo ao Homem um relacionamento mais eficaz com o seu ambiente, atingindo os seus fins e resolvendo os seus conflitos.

No desenvolvimento desta metodologia de investigação, podemos mencionar que existem diferentes métodos de apoio à elaboração de um estudo em pesquisa, mas identificaremos pelo menos dois:

- Método de investigação quantitativa
- Método de investigação qualitativa.

Tendo em conta as diferenças existentes entre os diversos métodos, iremos nas páginas seguintes fazer uma abordagem sobre cada um dos métodos de investigação, justificar a opção pelo método selecionado como base de apoio ao estudo e passaremos em seguida à apresentação das hipóteses.

Sousa e Baptista (2011, p. 52) indicam que “a metodologia de investigação consiste num processo de seleção da estratégia de investigação, que condiciona, por si só, a escolha das técnicas de recolha de dados, que devem ser adequadas aos objetivos que se pretendem atingir”.

Contudo para as autoras Sousa e Baptista (2011, p. 52):

“O dilema inerente à escolha da metodologia de investigação tem por base não só os objetivos do trabalho a desenvolver, mas o facto de se poder pretender que os resultados se assumam como generalizações, tendo por base uma grande população, o que permite procurar tendências gerais dos seus comportamentos ou se quer realizar um trabalho em profundidade sobre uma amostra reduzida composta por poucas unidades de análise, importando, neste caso, compreender os fenómenos que são objeto de investigação.”

De acordo com diversos autores, o processo de investigação pode ser dividido em 3 fases.

CONCEÇÃO	METODOLOGIA	IMPLEMENTAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"><li>• Escolher e formular um problema de investigação;</li><li>• Rever a literatura pertinente;</li><li>• Elaborar um quadro de referência;</li><li>• Enunciar o objetivo, as questões de investigação ou as hipóteses.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Escolher um desenho de investigação;</li><li>• Definir a população e a amostra;</li><li>• Definir as variáveis;</li><li>• Escolher os métodos de recolha e análise de dados.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Recolher os dados;</li><li>• Analisar os dados;</li><li>• Interpretar os resultados;</li><li>• Comunicar os resultados.</li></ul>

*Figura 5- Fases do processo de investigação*  
Adaptado de <https://www.slideshare.net/isamab/fases-processo-investigacao-6732539> (Consultado em 20/01/2022)

A fase da Conceção é representada pela exploração da ideia que irá guiar a investigação. Como tal, uma revisão da literatura fundamentada é essencial para se conhecer e entender os conteúdos dos textos existentes e assim situar o domínio da investigação, no contexto dos atuais conhecimentos. Na presente dissertação, a fase da conceção encontra-se no primeiro capítulo.

A fase da Metodologia, apresentada no presente capítulo, é definida pela apresentação e identificação dos métodos a utilizar para se obterem as respostas às questões de investigação ou hipóteses formuladas. Ainda nesta fase irá ser definida a população e os instrumentos cruciais a usar para a recolha de dados.

A fase da Implementação, ou fase Empírica, é determinada pela concretização do plano definido previamente na fase da Metodologia. Nesta fase, que irá ser abordada no capítulo seguinte do presente estudo, recolhem-se, organizam-se e tratam-se os dados utilizando as técnicas descritas na fase anterior. Nesta fase é ainda feita a interpretação ou análise e a comunicação dos resultados e eventuais formulações de recomendações.

## **2.1 Formas e técnicas de análise**

Segundo Carmo (1998:175) citado por Cardoso (2020) na sua dissertação, “as técnicas são definidas como procedimentos operatórios, rigorosos, bem definidos, transmissíveis, suscetíveis de serem novamente aplicados nas mesmas condições, adaptados ao tipo de problemas e aos fenómenos em causa. A escolha da técnica depende do objetivo que se pretende atingir”.

Existem diversos métodos cuja sua função é apoiar a investigação, dos quais serão distinguidos dois: métodos de investigação quantitativa e métodos de investigação qualitativa.

### **2.1.1 Metodologia de investigação quantitativa**

Segundo Sousa e Baptista (2011, p. 53) “a investigação quantitativa integra-se no paradigma positivista, apresentando como objetivo a identificação e apresentação de dados, indicadores e tendências observáveis. Este tipo de investigação mostra-se geralmente apropriado quando existe a possibilidade de recolha de medidas quantificáveis de variáveis e inferências a partir de amostras de uma população.”

Para Sousa e Baptista (2011, p.55) uma investigação quantitativa pode ser caracterizada por:

- Utilização do método experimental ou quasi-experimental;
- Formulação de hipóteses que experimentem relações entre variáveis;
- Explicação dos fenómenos e estabelecimento de relações causais;
- Assentamento no positivismo lógico, ou seja, procura as causas dos fenómenos sociais, prestando escassa atenção aos aspetos subjetivos dos indivíduos;
- Realização de uma seleção probabilística de uma amostra a partir de uma população rigorosamente definida;
- Verificação das hipóteses mediante a utilização de análise estatística dos dados recolhidos;
- Utilização de medidas numéricas para testar hipóteses, mediante uma rigorosa recolha de dados, ou procura padrões numéricos relacionados com os conceitos em estudo;
- Generalização dos resultados obtidos a partir da amostra;
- Debilidade em termos de validade interna (nem sempre sabemos se medem o que pretendem medir), muito embora sejam fortes em termos de validade externa, uma vez que os resultados obtidos são generalizáveis para a população.

Para a mesma autora, a metodologia quantitativa apresenta as seguintes vantagens e desvantagens:

Vantagens	Desvantagens
Análise e integração dos resultados de um conjunto mais ou menos alargado de investigações já realizadas sobre o tema	O investigador não irá conseguir controlar as variáveis independentes.

*Figura 6 – As vantagens e desvantagens da metodologia quantitativa. Adaptado de Sousa e Baptista (2011, pag 55)*

### 2.1.2 Metodologia de investigação qualitativa

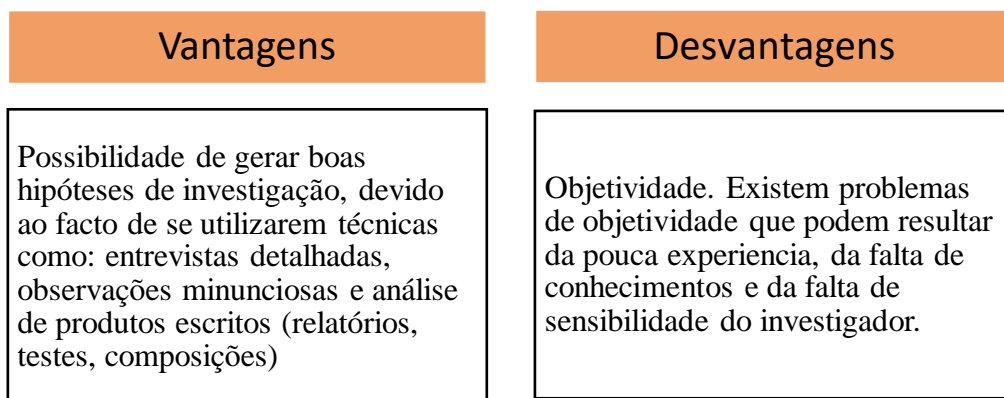
De acordo com Sousa e Baptista (2011, p. 56) “a investigação qualitativa surgiu como alternativa ao paradigma positivista e à investigação quantitativa, os quais se mostraram ineficazes para a análise e estudo da subjetividade inerente ao comportamento e à atividade das pessoas e das organizações”.

Para Sousa e Baptista (2011, p. 56), as características da investigação qualitativa são as seguintes:

- Apresenta um maior interesse no próprio processo de investigação e não apenas nos resultados;
- O investigador desempenha um papel fundamental na recolha de dados - a qualidade (validade e fiabilidade) dos dados depende muito da sua sensibilidade, da sua integridade e do seu conhecimento;
- O investigador tem ainda que mostrar uma grande sensibilidade ao contexto onde está a realizar a investigação;
- A investigação qualitativa é indutiva - o investigador desenvolve conceitos e chega à compreensão dos fenómenos a partir de padrões resultantes da recolha de dados (não recolhe dados para testar hipóteses);
- A investigação qualitativa é holística, tendo em conta a complexidade da realidade;

- O significado tem uma grande importância - o investigador tenta compreender os sujeitos de investigação a partir dos quadros de referência, dos significados que são atribuídos aos acontecimentos, às palavras e aos objetos;
- O plano de investigação é flexível, pois o investigador estuda sistemas dinâmicos;
- Utilizam-se procedimentos interpretativos, não experimentais, com valorização dos pressupostos relativistas e a representação verbal dos dados (privilegia a análise de caso ou de conteúdo);
- A investigação qualitativa é descritiva. É uma investigação que produz dados descritivos a partir de documentos, entrevistas e da observação e por tal a descrição tem que ser profunda e rigorosa.

Para as mesmas autoras Sousa e Baptista (2011, p. 57), as vantagens e desvantagens da metodologia qualitativa de investigação são as seguintes:



*Figura 7 – As vantagens e desvantagens da metodologia qualitativa. Adaptado de Sousa e Baptista (2011, pag 55)*

### 2.1.3 A metodologia de investigação quantitativa e qualitativa

Como foi apresentado previamente, cada metodologia apresenta os seus pontos fortes e fracos, e cada uma delas deverá ser utilizada conforme a situação necessária. Ao longo da pesquisa sobre o tema e segundo Álvares (2020, pag 5), podemos realçar as seguintes diferenças:

Análise Quantitativa	Análise Qualitativa
<ul style="list-style-type: none"><li>•Número alargado casos / populações amplas;</li><li>•Recolha de informação sobre um conjunto limitado e previamente definido de dimensões de análise;</li><li>•Utilização de instrumentos padronizados de recolha de informação (ex: inquérito por questionário);</li><li>•Recurso a técnicas de amostragem;</li><li>•Análise de relações entre variáveis.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>•Número reduzido de casos;</li><li>•Recolha de informação em profundidade e em continuidade; recolha de material informativo heterogéneo;</li><li>•Utilização de procedimentos pouco normalizados de recolha e tratamento de informação (entrevistas, grelhas de observação);</li><li>•Recurso a técnicas de análise de conteúdo (entre outras);</li><li>•Exploração de uma multiplicidade de facetas e dimensões, com o objetivo de compreender o fenómeno em estudo na sua totalidade.</li></ul>

*Figura 8 - Síntese do processo de investigação  
Adaptado de Álvares (2020)*

## 2.2 Metodologia de Investigação adotada

Considerando o estudo prévio, e relacionando as questões de investigação com a finalidade pretendida, podemos concluir que o Inquérito irá ser a técnica utilizada para a recolha de dados desta investigação, devido ao facto de ser o meio de recolha de informação que oferece mais garantias de fiabilidade tendo em conta o objetivo desta investigação. Como tal, será adotada uma metodologia de investigação Quantitativa.

As garantias que o questionário oferece para esta investigação estão demarcadas pelo facto de ser um meio que permite observar fenómenos de diversas realidades, permite a formulação de hipóteses explicativas desses fenómenos, permite também uma seleção aleatória dos sujeitos da investigação e fundamentalmente permite a verificação ou rejeição das hipóteses mediante um rigorosa recolha de dados, que posteriormente irão ser sujeitos a uma análise cuidada a nível estatístico e também à utilização de métodos matemáticos para validar essas hipóteses.

## 2.3 Formulação das hipóteses de Análise

Segundo M. Hill & A. Hill (2012) a revisão de literatura permite encontrar teorias e artigos sobre investigações empíricas apresentadas por diversos autores. O primeiro passo a fazer é utilizar essa literatura para deduzir uma hipótese, ou um conjunto de hipóteses, a serem testadas na parte empírica. A hipótese faz a ligação entre a parte teórica e a parte empírica da investigação. A hipótese deve justificar o trabalho da parte empírica da investigação.

Posto isto e segundo a investigação realizada previamente, resultaram as seguintes hipóteses:

Hipóteses de Investigação	Perguntas de investigação
<p><b>H1)</b> A auditoria alinhada com a missão, com a visão e com a estratégia da empresa deverá ser feita com base num princípio de continuidade.</p>	<p><b>Q1)</b> A auditoria está a contribuir para a redução e otimização dos problemas da organização? (Toh, 2016)</p> <p><b>Q2)</b> De que forma a auditoria externa auxilia a gestão na tomada de decisão? (Pereira, 2012)</p> <p><b>Q3)</b> Cabe ao Auditor garantir a continuidade de um negócio? (Pereda, 1996)</p>
<p><b>H2)</b> O auditor dá confiança aos stakeholders.</p>	<p><b>Q4)</b> O Auditor acrescenta credibilidade às Demonstrações Financeiras? (Costa, 2010)</p> <p><b>Q5)</b> Qual o valor acrescentado da auditoria externa na gestão das mais diversas empresas? (Harms, 2018)</p>
<p><b>H3)</b> A auditoria deve ser independente da gestão da organização.</p>	<p><b>Q6)</b> Qual é o contributo da auditoria para a monitorização dos riscos estratégicos da organização? (Almeida, 2017)</p> <p><b>Q7)</b> Qual o grau de independência dos auditores externos na realização dos trabalhos em Auditoria? (Marques, 1997)</p>

<p><b>H4)</b> Um bom conhecimento do negócio deverá conduzir a uma melhor escolha da materialidade.</p>	<p><b>Q8)</b> Um auditor quando aceita um trabalho de Auditoria deve obter o máximo de informação acerca da entidade que vai auditar? (Almeida, 2014)</p>
	<p><b>Q9)</b> Como saber se o auditor definiu bem a</p>

## **Hipótese 1**

Para Toh (2016), “um auditor externo deverá contribuir para o “bem-estar” da empresa auditada e também para a redução e otimização dos problemas da mesma (...)”.

Segundo Pereira (2012), “o auditor interno auxilia a empresa na procura e aumento deste valor. No nosso país, pode-se presumir que o auditor externo ainda não expandiu o seu trabalho para esta área (...)”.

De acordo Pereda (1996) “a suspensão de pagamentos ou a falência é um julgamento empresarial da gestão e é uma sombra que a sociedade, em geral, projecta sobre a auditoria que não foi capaz de prever estas circunstâncias, por muito que a profissão auditora mantenha que não é responsável pelos factos futuros.”

Assim sendo e tendo por base as citações acima, considero que é possível concluir que:

**H1)** A auditoria alinhada com a missão, com a visão e com a estratégia da empresa, deverá ser feita com base num princípio de continuidade.

## **Hipótese 2**

Costa indica que “(...) O objectivo da opinião do perito independente, a qual deve ser expressa em termos positivos ou negativos, é emprestar credibilidade às demonstrações financeiras”

Segundo Harms (2018) os “proprietários e gerentes de empresas tendem a alinhar-se com pessoas que concordam maioritariamente com todas as decisões deles. Isso não é ideal para os negócios, pois cria uma atmosfera onde novas ideias são desencorajadas. Os Auditores externos podem ser valiosos instrumentos para descobrir práticas fraudulentas ou ineficientes e fazer sugestões de melhoria. Os mesmos podem agregar valor a uma empresa neste caso, pois são encarregados de encontrar áreas onde certos riscos não são abordados e não terão medo de abordar um cliente com possíveis más notícias.”

Neste seguimento, surge a hipótese:

**H2) O auditor dá confiança aos stakeholders.**

### **Hipótese 3**

Para Almeida (2017) “a avaliação de risco é um processo desencadeado pelo órgão de gestão que permite identificar, analisar e responder a esses riscos. As constantes mudanças no ambiente económico, industrial, legal e operacional, obrigam as organizações a estarem atentas a essas mudanças e ao modo como elas podem influenciar os seus objectivos”.

Para Marques (1997, pag.60) “a independência na realização das ações é uma das questões fundamentais para o bom desempenho da função de auditoria e, conseqüentemente, para a utilidade do serviço prestado, tanto mais necessária quanto os trabalhos a desenvolver mais entrarem nos caminhos da gestão”.

Logo pode parecer-se concluir que:

**H3) A auditoria deve ser independente da gestão da organização.**

### **Hipótese 4**

Segundo Almeida (2014), “o conhecimento da entidade permite, também, que os auditores identifiquem problemas, planeiem e realizem a auditoria de forma eficaz e eficiente e avaliem as provas da mesma.”

Para Arens (2005), a definição de materialidade dada pelo FASB revela alguma dificuldade de aplicação prática do conceito de materialidade. Acrescente-se que todas as definições apresentam alguma falta de clareza na definição daquilo que é a materialidade.

De acordo com Costa (2010), todo o processo de auditoria tem subjacente o conceito de materialidade e este está sujeito ao julgamento profissional do auditor.

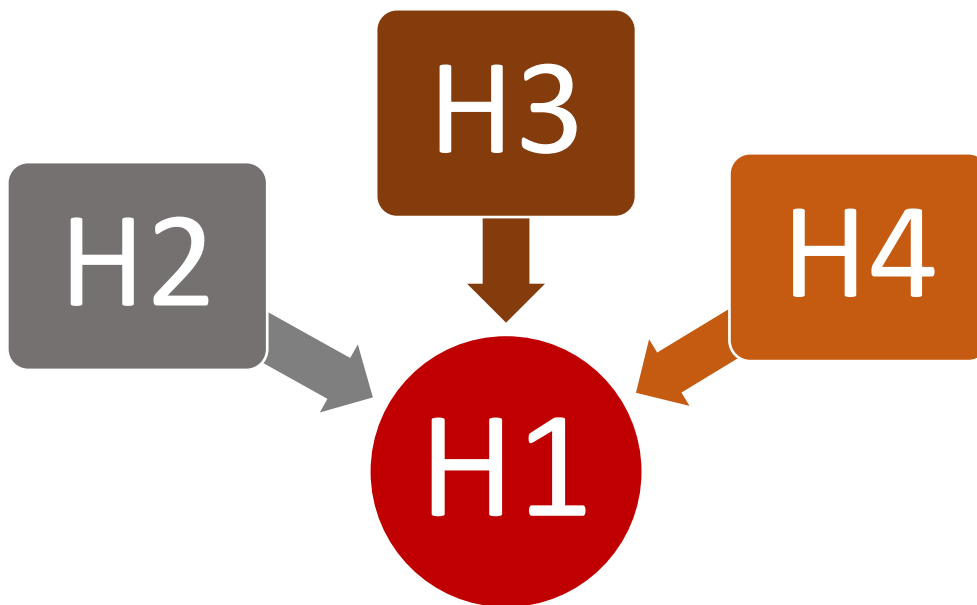
Assim coloca-se a seguinte hipótese:

**H4) Um bom conhecimento do negócio deverá conduzir a uma melhor escolha da materialidade.**

## 2.4 Modelo de Análise

“A construção de um modelo de análise é um processo de seleção teórica crucial em qualquer investigação.” (Sousa & Baptista, 2011, p. 48). Segundo as mesmas, “o modelo de análise é o esquema orientador da conceção teórica, que identifica os aspetos que influenciam a situação que está a ser investigada – organiza de forma lógica e integradora as diversas variáveis e a dinâmica da situação a ser investigada”.

Assim sendo e tendo por base as questões de investigação e as respetivas hipóteses, o modelo de análise irá ajudar a clarificar a interligação entre as diversas hipóteses, com vista à colaboração da conclusão da investigação.



*Figura 9, - Modelo de análise  
Fonte: Elaboração Própria*

**H1)** A auditoria alinhada com a missão, com a visão e com a estratégia da empresa, e deverá ser feita com base num princípio de continuidade.

**H2)** O auditor dá confiança aos stakeholders.

**H3)** A auditoria deve ser independente da gestão da organização.

**H4)** Um bom conhecimento do negócio deverá conduzir a uma melhor escolha da materialidade.

Como se pode concluir através da análise da figura 9, todas as hipóteses convergem para a H1, dado que será através da análise das hipóteses H2, H3 e H4 que iremos conseguir perceber se os auditores estão realmente alinhados com a gestão da organização, nomeadamente se estão alinhados com a missão, com a visão.

A H2, H3 e H4 servem como instrumentos de validação da H1, ou seja, se o auditor transmitir confiança aos stakeholders, se a auditoria for totalmente independente da gestão e se existir um bom conhecimento do negócio a ser auditado poderá significar que a auditoria influencia positivamente a liderança da organização.

## **2.5 Recolha de dados**

Como terá sido indicado no ponto 2.2, o método de recolha de dados utilizado irá ser o questionário.

Segundo Roque (2010)<sup>15</sup> um inquérito por questionário “é um instrumento de investigação que utiliza processos de recolha sistemática de dados, com vista a dar resposta a um determinado problema. Baseia-se normalmente numa série de perguntas a serem aplicadas a uma amostra representativa do grupo que se pretende estudar. Os dados recolhidos são de fácil tratamento uma vez que as respostas, em particular as fechadas, permitem uma fácil quantificação dos resultados e, conseqüentemente, a sua análise estatística resulta facilitada.”

Sousa e Baptista (2011, p. 90) defendem que “o recurso ao inquérito é necessário cada vez que surge a necessidade de recolher a informação sobre uma grande variedade de comportamentos de um mesmo indivíduo, ou quando pretendemos conhecer o mesmo tipo de variável em muitos indivíduos”.

De acordo com Moreira (2007) “o questionário tem por principais objetivos estimar grandezas “absolutas” e grandezas “relativas”, descrever uma população e verificar as hipóteses, sob a forma de relações entre duas ou mais variáveis.”

Como tal, e após uma análise cuidada a todos estes fatores, e tendo em conta os meios de análise disponíveis terá sido concluído que o que mais se adequaria ao estudo seria um questionário dirigido a qualquer tipo de empresa, desde que seja auditada.

### **2.5.1 População e amostra**

Na prossecução deste estudo torna-se praticamente impossível analisar tudo sobre o tema. Contudo este estudo irá ser direcionado e investigado com um certo intuito o que leva á definição da população e conseqüentemente da amostra analisada.

As autoras Sousa e Baptista (2011, p72), indicam o seguinte sobre a população: “A precisão dos resultados da investigação seria, naturalmente, muito superior se fosse analisada toda a população em vez de uma pequena parcela representativa, denominada amostra. Porém, estudar toda a população é impraticável, na maior parte dos casos, (...)”. Para se obter uma maior credibilidade no estudo importará escolher uma amostra

---

<sup>15</sup> <https://pt.slideshare.net/mscabral/o-processo-de-recolha-de-dados-inquirito> , consultado a 14/02/2022

adequada que nos permita obter conclusões sólidas e sustentadas e que nos permita tirar ilações sobre a população em geral.

Segundo Hill e Hill (2005, p.42) podemos concluir isso mesmo: “Qualquer investigação empírica pressupõe uma recolha de dados. Os dados são informação na forma de observações, ou medidas, dos valores de uma ou mais variáveis normalmente fornecidos por um conjunto de entidades. (...) é vulgar designarmos estas entidades por “casos” da investigação. (...) os casos podem ser (...) empresas, (...) ou qualquer outro tipo de entidade para o qual o investigador pretende retirar conclusões a partir da informação fornecida. Ao conjunto total dos casos sobre os quais se pretende retirar conclusões dá-se o nome de População ou Universo.”

A população definida para o presente estudo consistiu em todas as empresas presentes a nível nacional, que vejam as suas contas ser auditadas por qualquer SROC, no ano de 2021, o que leva a uma grande população, pois neste estudo, não foi segmentada a população por qualquer tipo de regionalismo, nem pela sua área de negócio.

### **2.5.2 Definição da amostra**

No que diz respeito á amostra, as autoras Sousa e Baptista (2011, p. 72), explicam que “uma análise a uma amostra, ou seja, a inquirição a um número restrito de pessoas, com a condição de que estas tenham sido corretamente escolhidas, permite obter as mesmas informações com uma certa margem de erro, um erro calculável que é possível tornar suficientemente pequeno”.

Tendo em conta os tipos de investigação expostos no enquadramento teórico desta dissertação este estudo irá estar subjacente a um método de investigação quantitativo por questionário, onde a amostra é caracterizada por qualquer tipo de empresa desde que esta tenha as suas contas auditadas por qualquer Sociedade de Revisores Oficiais de Contas. Foram enviados questionários por *mail* para 2000 entidades escolhidas aleatoriamente dentro de uma base de dados de 8 101 empresas, que foi obtida através da plataforma SABI. Os critérios para a definição da mesma base de dados foram os seguintes:

- A empresa ser auditada
- A empresa pertencer ao território nacional Português
- A data de nomeação do auditor ser inferior ao ano de 2021.

Posto isto, foi solicitado via mail, com recurso a uma hiperligação do “*Google Forms*”, aos profissionais da área a resposta a um questionário através de uma hiperligação. (conforme apêndice I)

### 2.5.3 Estrutura do questionário

Segundo diversos estudos sobre o assunto, podemos concluir que um questionário é um instrumento de medida que traduz os objetivos do estudo com variáveis mensuráveis e ajuda a organizar, normalizar e a controlar os dados para que as informações procuradas possam ser colhidas de uma maneira rigorosa (Fortin, 2009). O questionário é um instrumento de medida que permite, eventualmente, confirmar ou infirmar as hipóteses de investigação (Freixo, 2011).

Os questionários poderão ser de 3 tipos diferentes:

- Resposta aberta
- Resposta fechada
- Misto

Para se realizar um questionário, deverá definir-se com rigor diversos aspetos, nomeadamente o tipo de perguntas a fazer, o tipo de respostas a obter, as escalas utilizadas nas respostas de classificação numérica e os métodos para análise de dados.

No presente estudo, e estando consciente de que os questionários poderão não ser respondidos de forma aleatória, optou-se pelo questionário de resposta fechada, isto é, para cada pergunta serão disponibilizadas diversas hipóteses onde o sujeito que estará a responder deverá escolher aquela que considera ser a mais correta. Segundo Sousa e Baptista (2011, p.91) este tipo de “questionário, bastante objetivo, para além de requerer um menor esforço por parte dos sujeitos adquiridos, facilita o tratamento e análise de informação.”

Para as respostas fechadas de classificação numérica, optou-se por se utilizar as escalas de Likert, isto é, foi utilizada uma escala ordinal de 1 a 7, de forma a que se um individuo ao responder quiser manifestar uma intenção de responder pela “metade” também ter essa opção. As escalas de Likert são uma forma confiável de se obter diversas perceções fiáveis.

Numa primeira fase, e como o questionário será dirigido para empresas, para enquadrar os inquiridos e as organizações inquiridas optou se por perguntar:

1. Qual o nível hierárquico do indivíduo que responder ao inquérito.
2. Qual o volume de negócios do ano de 2021 (total de vendas líquidas e outros proveitos) da empresa que está a responder a este questionário?
3. Qual o número médio de trabalhadores no ano de 2021

Posteriormente, e conforme se pode concluir no apêndice II, foram questionadas diversas questões pertinentes ao presente estudo. O questionário foi elaborado na plataforma Google Docs – Formulários do Google e enviado para as empresas através de um *mail* com um *link* que permitia aceder ao questionário e desta forma, responder.

## **CAPÍTULO III – [APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS]**

---

### 3 Apresentação e dos resultados

Ao longo do mês de Março de 2022 foram enviados por email cerca de 2000 questionários, destinados somente a empresas auditadas por qualquer SROC, obtidas a partir de 2021, solicitando a resposta do mesmo através do recurso a uma hiperligação presente no mail.

Seguidamente irá ser apresentada a definição de população e amostra e consequentemente indicada qual a população e amostra definida.

Segundo diversos autores, a população é definida como o conjunto de toda a matéria que se pretende estudar, e a amostra é constituída pela parte representativa daquilo efetivamente é estudado.

#### 3.1 Caracterização da amostra

Dos 2000 questionários enviados, foram obtidas 119 respostas, sendo que todos os inquiridos que responderam ao questionário aceitaram que a informação fosse posteriormente analisada segundo o Regulamento Geral da Proteção de Dados. Posto isto estaremos perante uma taxa de resposta de cerca de 6%. A população para onde os mails terão sido enviados consiste numa escolha aleatória de empresas de diversos ramos de atividade que sejam auditadas por Revisor Oficial de Contas. O ramo de atividade das empresas que terão respondido ao questionário irá ser transmitido seguidamente, através do seu CAE, como se pode observar na *Tabela 1* pois só assim conseguiremos perceber qual a relação entre a auditoria externa e a gestão da organização.

CAE	Número de empresas	%
Compra e venda de bens imobiliários	16	13%
Construção de edifícios (residenciais e não residenciais)	10	8%
Hotéis com restaurante	10	8%
Outras actividades de consultoria para os negócios e a gestão	6	5%
Comércio de veículos automóveis ligeiros	5	4%
Actividades das sociedades gestoras de participações sociais não financeiras	5	4%
Transportes rodoviários de mercadorias	5	4%
Actividades de engenharia e técnicas afins	5	4%
Actividades de consultoria em informática	5	4%
Outra intermediação monetária	5	4%
Comércio por grosso de outras máquinas e equipamentos	4	3%
Actividades de programação informática	4	3%
Arrendamento de bens imobiliários	4	3%
Comércio por grosso não especializado	4	3%
Actividades das sedes sociais	2	2%
Comércio por grosso de produtos farmacêuticos	2	2%
Comércio a retalho de vestuário para adultos, em estabelecimentos especializados	2	2%
Comércio por grosso de materiais de construção (excepto madeira) e equipamento sanitário	2	2%

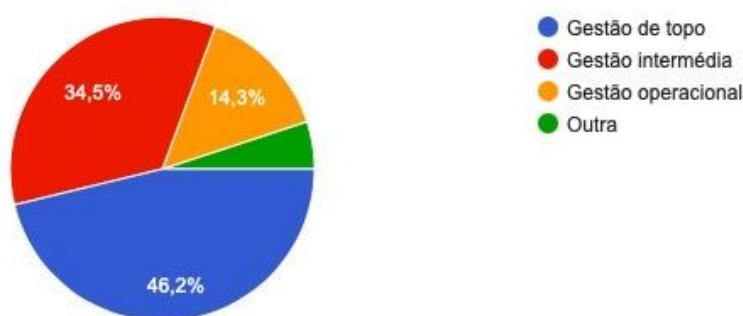
Outras actividades de serviços de apoio prestados às empresas, n.e.	2	2%
Comércio a retalho em supermercados e hipermercados	2	2%
Comércio por grosso de bebidas alcoólicas	2	2%
Comércio por grosso não especializado de produtos alimentares, bebidas e tabaco	2	2%
Fabricação de calçado	2	2%
Comércio por grosso de produtos químicos	2	2%
Confecção de outro vestuário exterior em série	2	2%
Outras actividades relacionadas com as tecnologias da informação e informática	2	2%
Actividades dos estabelecimentos de saúde com internamento	2	2%
Produção de electricidade de origem eólica, geotérmica, solar e de origem, n.e.	2	2%
Produção de vinhos comuns e licorosos	2	2%
Comércio por grosso de outros produtos alimentares, n.e.	1	1%

*Tabela 4 – Classificação da amostra por ramo de actividade  
Fonte: Elaboração própria*

A amostra é constituída por 119 empresas e terá sido respondida por diversos tipos de colaboradores, como se pode verificar na *Figura 12* de entre os quais, 55 pertencem á Gestão de topo da empresa (46,2%), 41 colaboradores pertencem á Gestão intermédia da empresa (34,5%), 17 pertencem á gestão operacional (14,3) e 6 detêm outro tipo de cargo que não foi especificado (5%).

Qual o seu nível hierárquico dentro da empresa ?

119 respostas

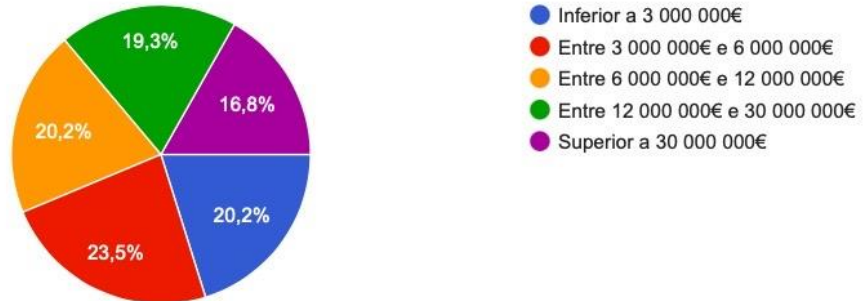


*Figura 10 – Nível hierárquico dos inquiridos  
Fonte: Elaboração própria*

Relativamente ao volume de negócios do ano de 2021 das empresas inquiridas, podemos concluir que 24 empresas tiveram um volume de negócios do ano anterior inferior a 3 000 000€ (20,2%), 28 situam-se entre os 3 000 000€ e 6 000 000€ (23,5%), 24 apresentaram um volume de negócios do ano anterior entre 6 000 000€ e 12 000 000€ (20,2%), 23 alegaram ter um volume de negócios do ano anterior entre 12 000 000€ e 30 000 000€ (19,3%) e 20 empresas inquiridas apresentam também um volume de negócios do ano anterior superior a 30 000 000€ (16,8%).

Qual o volume de negócios do ano anterior (total de vendas líquidas e outros proveitos) da empresa que está a responder a este questionário?

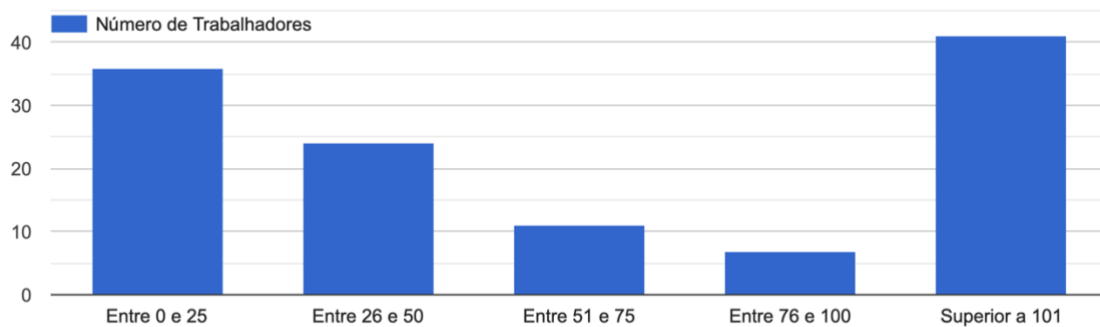
119 respostas



*Figura 11 – Volume de negócios do ano anterior das empresas inquiridas  
Fonte: Elaboração própria*

Numa ótica de classificar com mais precisão o tipo de empresas inquiridas foi questionado também qual terá sido o número médio de trabalhadores, ao que as respostas foram as seguintes, como se pode observar na *figura 12*.

Qual o número médio de trabalhadores no ano anterior ?



*Figura 12 – Número médio de trabalhadores do ano anterior das empresas inquiridas  
Fonte: Elaboração própria*

Segundo as respostas obtidas, podemos concluir que 36 empresas apresentaram um número médio de trabalhadores do ano anterior inferior a 25 trabalhadores, 24 empresas detiveram entre 26 e 50 trabalhadores no ano anterior, 11 empresas detiveram entre 51 e 75 trabalhadores, 7 empresas detiveram entre 76 e 100 trabalhadores, e a grande

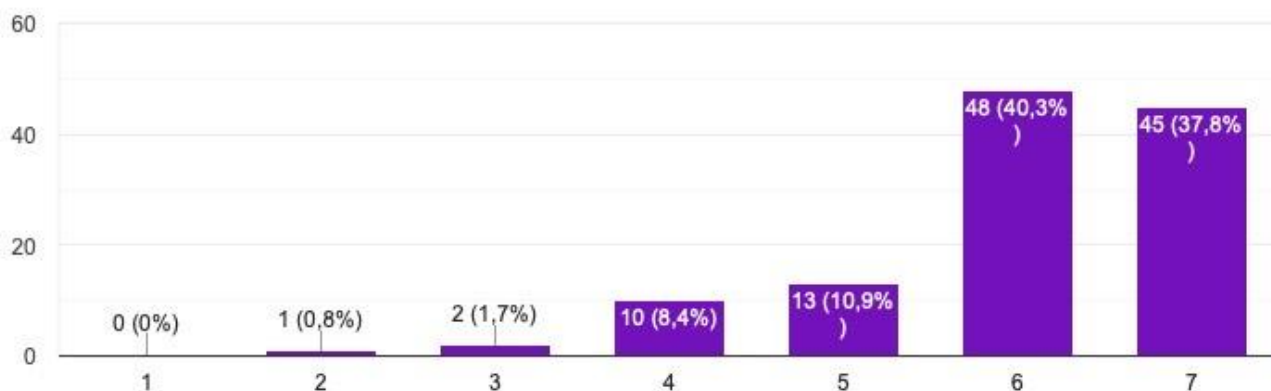
maioria, ou seja, 41 empresas apresentaram um número de trabalhadores do ano anterior superior a 101.

### 3.2 Apresentação dos resultados

Com a objetivo de obter respostas às hipóteses formuladas previamente, foram elaboradas diversas questões, estabelecendo um paralelismo entre cada questão e a hipótese correspondente. Para efeitos de confirmação das hipóteses serão considerados apenas os resultados equivalentes ao 6 e 7 da escala likert.

**H1** Para o estudo da Hipótese 1 – “**A auditoria alinhada com a missão, com a visão e com a estratégia da empresa, e deverá ser feita com base num princípio de continuidade**” foram apresentadas as seguintes questões aos inquiridos. E foram obtidos os seguintes resultados:

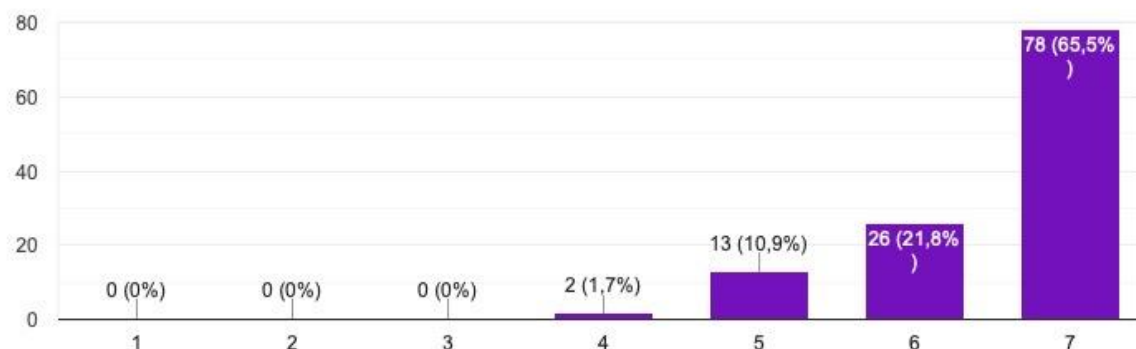
**Q4)** “*Numa escala de 1 a 7, quão importante considera os trabalhos de auditoria na liderança de uma organização?*”



*Figura 13 – Respostas à questão 4*  
*Fonte: Elaboração própria*

Com esta questão pretendia-se apurar a importância dos trabalhos de auditoria no panorama da liderança de uma organização, como tal foi pedido aos inquiridos que utilizassem uma escala de 1 a 7 de maneira a quantificar numericamente a sua resposta, onde o nível 1 representa “Não importante”, e o nível 7 representa “Extremamente importante” podendo-se concluir que para 89% dos inquiridos a auditoria assume um papel fulcral na liderança de uma organização.

**Q5) “Na sua opinião, quando um auditor aceita um trabalho de auditoria ele deverá reunir informação sobre a empresa que irá auditar?”**



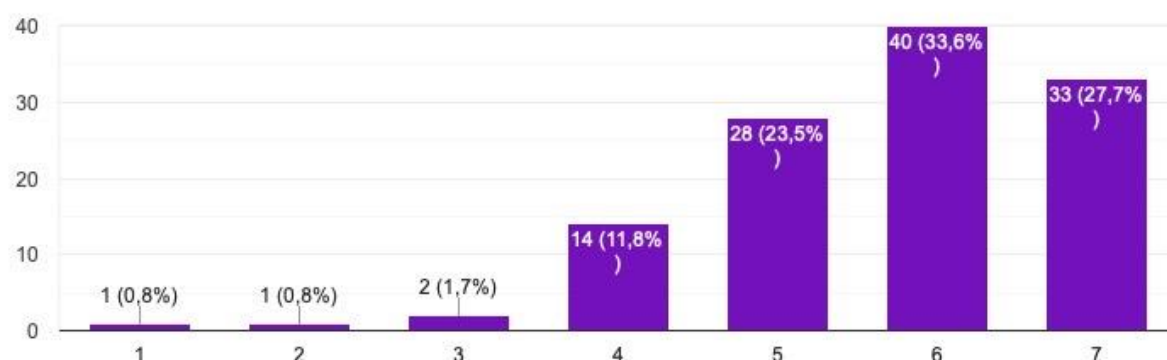
*Figura 14 – Respostas à questão 5*

*Fonte: Elaboração própria*

Com o intuito de compreender se a informação recolhida previamente pelo auditor apresenta uma relação direta com a qualidade do trabalho prestado pelo mesmo, foi pedido aos inquiridos para responder a esta questão. À semelhança da questão anterior, aqui também foi solicitado para a resposta à questão fosse mensurada numa escala de 1 a 7, sendo que o nível 1 representa “Nenhuma informação” e o nível 7 representa “Muita informação”. Através da observação da *Figura 14*, é possível concluir que nenhum dos inquiridos respondeu no nível 1, 2 e 3. Também é possível verificar que 2 inquiridos responderam perante o nível 4.

A esmagadora maioria dos inquiridos nesta questão pautou as suas respostas pelos níveis 5, 6 e 7. Cerca de 13 inquiridos responderam no nível 5, o que corresponde a 10,9% da amostra. 26 inquiridos responderam no nível 6 que equivale a 21,8% dos inquiridos. Por fim, 78 inquiridos responderam no nível 7, ou seja, 65,5% da amostra considera que o auditor deve estar extremamente bem preparado, e informado aquando a realização de um trabalho em auditoria e consideram isso um fator importante para o trabalho em auditoria.

**Q6) “Na sua opinião, a auditoria está a contribuir para a redução e otimização dos problemas da organização?”**



*Figura 15 – Respostas à questão 6*

*Fonte: Elaboração própria*

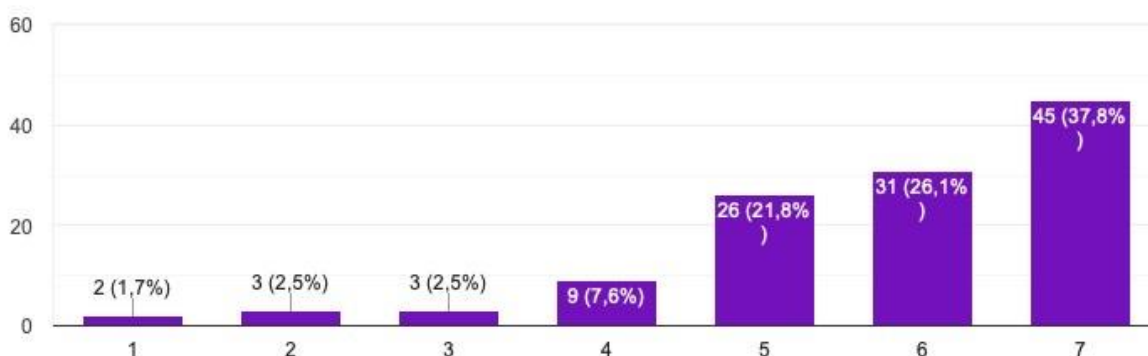
Perante esta questão, foi solicitado uma tipologia de resposta semelhante às anteriores, uma escala numérica de 1 a 7, onde o 1 representa que a auditoria “Não contribui totalmente” para a redução e otimização dos problemas da organização e o 7 representa que a auditoria “Contribui totalmente” para a redução e otimização dos processos da empresa.

Com o objetivo de ser dissecado o contributo da auditoria na redução e otimização dos problemas da organização foi solicitado aos inquiridos a resposta a esta pergunta.

Os resultados foram esclarecedores e através da análise da *Figura 15* podemos concluir que apenas 1 inquirido respondeu tanto ao nível 1 como ao nível 2, e apenas 2 inquiridos responderam no nível 3. 14 inquiridos pautaram a sua resposta pelo nível 4, o que indica que para 11,8% da amostra a auditoria apresenta um carácter intermédio para a redução e otimização dos problemas da organização. 28 inquiridos responderam pelo nível 5, que correspondem a 23,5% da amostra, 40 dos inquiridos pautou a sua resposta pelo nível 6 que correspondem a 33,6% da amostra e por fim, 33 inquiridos responderam perante o nível 7, o que equivale a 27,7% dos inquiridos.

É nos possível concluir que a grande maioria dos inquiridos, ou seja, 84,8% dos inquiridos (101 inquiridos) responderam entre o nível 5 a 7, inclusive, o que indica que para a esmagadora maioria da amostra, a auditoria está ativamente a contribuir para a redução e otimização dos problemas da organização.

**Q7)** “*Considera a auditoria uma ferramenta útil para a continuidade da empresa?*”



*Figura 16 – Respostas à questão 7*  
*Fonte: Elaboração própria*

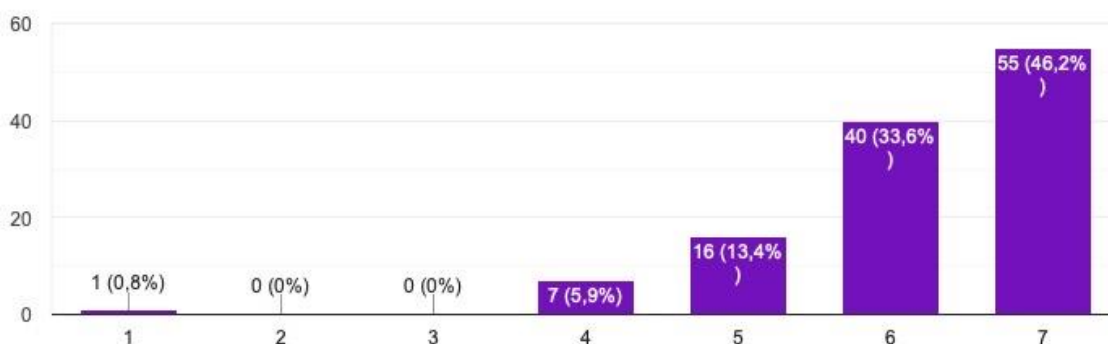
Esta questão foi apresentada nos moldes das questões anteriores, a que os inquiridos ao classificarem a sua resposta no nível 1 estariam a dizer que a auditoria era “Irrelevante” no sentido da continuidade da empresa, e no nível 7 no caso de auditoria ser “Muito útil” para preservar a continuidade da empresa. Cerca de 7 inquiridos que representam 6,7% da amostra responderam entre o nível 1 e 3, o que nos faz concluir que consideram a auditoria externa como irrelevante no sentido da manutenção da continuidade da empresa. Contudo, 9 inquiridos, que condizem com 7,6% da amostra, responderam no nível 4 o que nos faz concluir que para estes, a auditoria não representa nem muita nem pouca importância no ponto de vista da continuidade empresarial. É nos possível observar também que 26 inquiridos, que correspondem a 21,8% da amostra responderam no nível 5, 31 inquiridos que representam 26,1% da amostra responderam

no nível 6 e finalmente 45 inquiridos que equivalem a 37,8% da amostra, responderam no nível máximo, ou seja, no nível 7.

Através de uma análise mais cuidada sobre os resultados obtidos podemos concluir que cerca de 85,7% dos inquiridos (102 inquiridos) responderam entre o nível 5 e 7, inclusive, o que significa que para estes, a auditoria apresenta imensa utilidade no que toca á preservação da continuidade da empresa.

**H2** Para o estudo da Hipótese 2 – “O auditor dá confiança aos stakeholders.” foram apresentadas as seguintes questões aos inquiridos:

**Q8)** “*Considera que a auditoria está a aumentar a credibilidade das demonstrações financeiras?*”

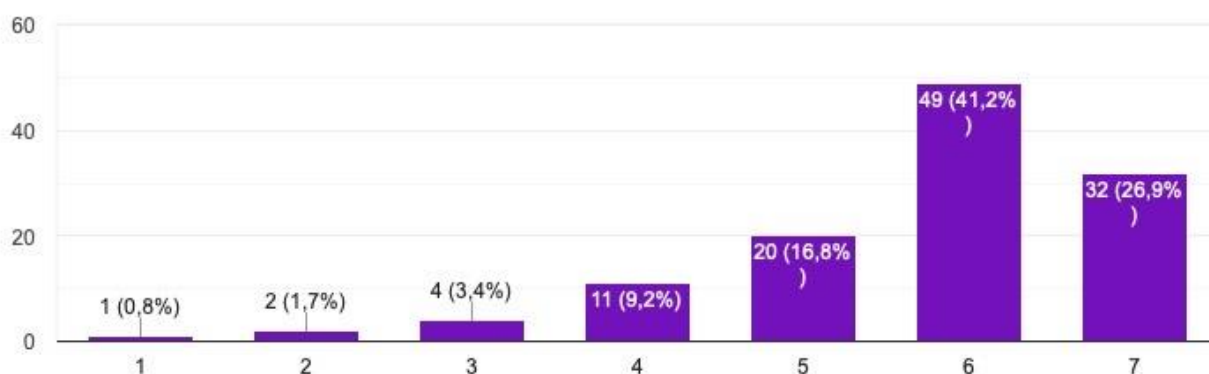


*Figura 17 – Respostas à questão 8  
Fonte: Elaboração própria*

Foi pedido aos inquiridos para que respondessem a esta questão numa escala de 1 a 7, onde o “1” representava “diminuir a credibilidade da informação financeira”, e o “7” representava “aumentar extremamente a credibilidade das demonstrações financeiras”, ao que 1 inquirido que representa 0,8% da amostra respondeu no nível “1”, nenhum dos inquiridos respondeu no nível 2 e 3, sendo que dos restantes, 7 responderam com o nível 4 que correspondem a 5,9% da amostra, 16 responderam com o nível “5”, que representam 13,4% da amostra, 40 responderam com o nível “6”, que representam 33,6% da amostra e 55 responderam com o nível máximo, ou seja, nível 7, que apresentam um peso de 46,2% da amostra.

Através da análise dos resultados obtidos é nos possível concluir que a grande maioria acredita que a auditoria estará continuamente a aumentar a credibilidade das demonstrações financeiras dado que 93,2% dos inquiridos respondeu entre o nível 5 e 7, inclusive.

**Q9)** “Pelo facto de uma empresa ser auditada significa que as suas demonstrações financeiras são credíveis?”



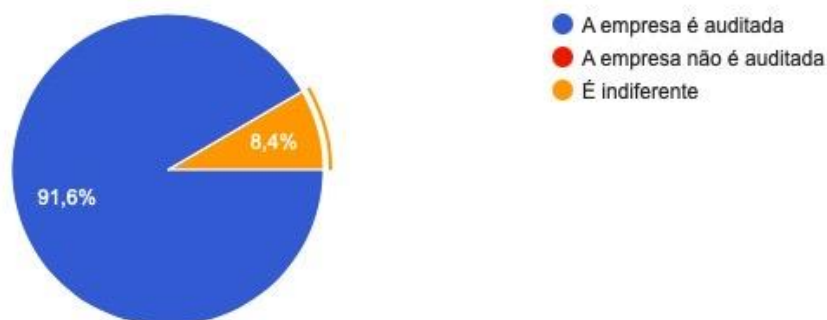
*Figura 18 – Respostas à questão 9*  
*Fonte: Elaboração própria*

Com a finalidade de ser compreendido a segurança que auditoria transmite no que diz respeito á credibilidade das demonstrações financeiras, foi questionado aos inquiridos a sua opinião relativamente ao seu grau de concordância entre o nível 1 e 7 sendo que a resposta ao nível 1 representa que as “DF’s não são credíveis” e a resposta ao nível 7 representa que as “DF’s extremamente credíveis”.

Consoante as respostas obtidas na *Figura 18*, é nos possível observar que 7 inquiridos (5,9%) pautaram a sua resposta entre os níveis 1 e 3. Em relação ao nível 4, que corresponde aos inquiridos que acreditam que pelo facto de uma empresa ser auditada as suas demonstrações não são totalmente credíveis, mas também não são totalmente incríveis podemos verificar que 11 inquiridos responderam nestes moldes, e que os mesmos representam 9,2% da amostra. Em relação aos que responderam no nível 5 observamos que foram 20 inquiridos que representam 16,8% da amostra, 49 inquiridos responderam no nível 6 que representam 41,2% da amostra e por fim, 32 inquiridos responderam no nível 7 que correspondem a 26,9% da amostra.

Num plano geral é nos possível concluir que a maior parte dos inquiridos acredita que pelo facto de uma empresa ser auditada significa que as suas demonstrações financeiras são credíveis, dado que cerca de 85% dos inquiridos responderam num intervalo entre o nível 5 e 7, inclusive.

**Q10)** “Os stakeholders, ou utilizadores da informação financeira, tomam as suas decisões com mais segurança quando:”

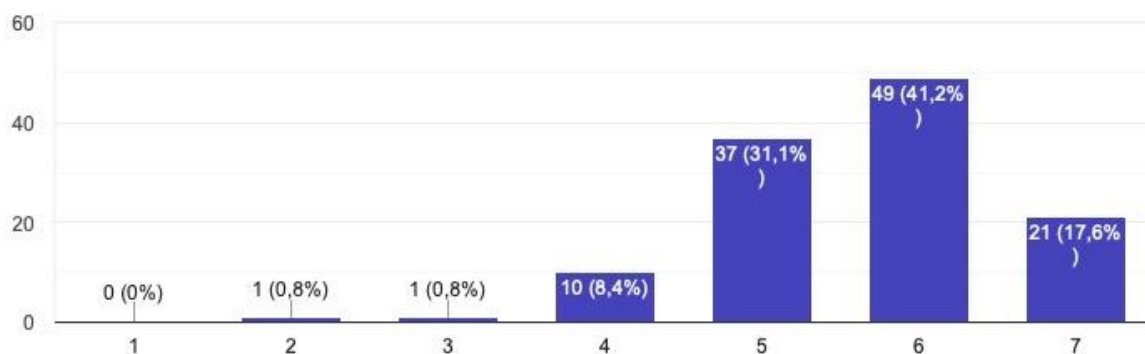


*Figura 19 – Respostas à questão 10*  
*Fonte: Elaboração própria*

Para caracterizar a segurança que a auditoria transmite aos *stakeholders*, foi solicitada a resposta a esta questão, que consistia numa questão de resposta fechada, nomeadamente de escolha múltipla, onde as hipóteses possíveis de resposta são as que podem ser observadas na *Figura 19*. Como tal é nos possível podemos verificar que 109 inquiridos responderam “A empresa é auditada” (91,6%), 10 inquiridos responderam “É indiferente” (8,4%) e a opção “A empresa não é auditada” não foi respondida por nenhum dos 119 inquiridos.

**H3** Para o estudo da **Hipótese 3 – “A auditoria deve ser independente da gestão da organização”** foram apresentadas as seguintes questões aos inquiridos:

**Q11)** “Numa escala de 1 a 7 classifique qual o nível de valor acrescentado que os auditores externos podem trazer para a gestão da empresa?”



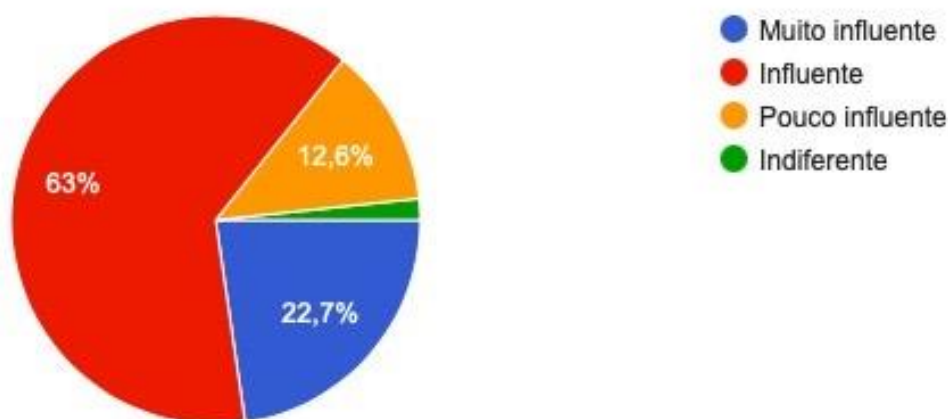
*Figura 20 – Respostas à questão 11*  
*Fonte: Elaboração própria*

Esta pergunta foi realizada com a finalidade de ser compreendido qual o valor acrescentado que a auditoria pode trazer para uma empresa e foi também pedido para a resposta ser feita mediante uma escala de 1 a 7, onde o nível “1” representa “Não acrescenta valor” e o nível 7 representa “Acrésceta imenso valor”.

Nenhum dos inquiridos respondeu no nível 1, o que significa que nenhum dos inquiridos acredita que os auditores não acrescentam valor, 2 inquiridos responderam perante o nível 2 e 3, 10 inquiridos responderam mediante o nível 4, que representam 8,4% da amostra, isto é, para os mesmos o auditor acrescenta valor mas num nível intermédio, 37 inquiridos responderam no nível 5 que equivalem a 31,1% da amostra, 49 inquiridos responderam no nível 6 que representam 41,2%, e 21 inquiridos responderam no nível máximo, ou seja, nível 7 que são 17.6% da amostra.

Posto isto, podemos concluir que a grande parte da amostra, ou seja, 89,9%, acredita que o auditor acrescenta valor na gestão da empresa dado que estes responderam entre os níveis 5 e 7, inclusive.

**Q12)** “Qual a influência da auditoria na forma como a gestão lida com os riscos da organização?”



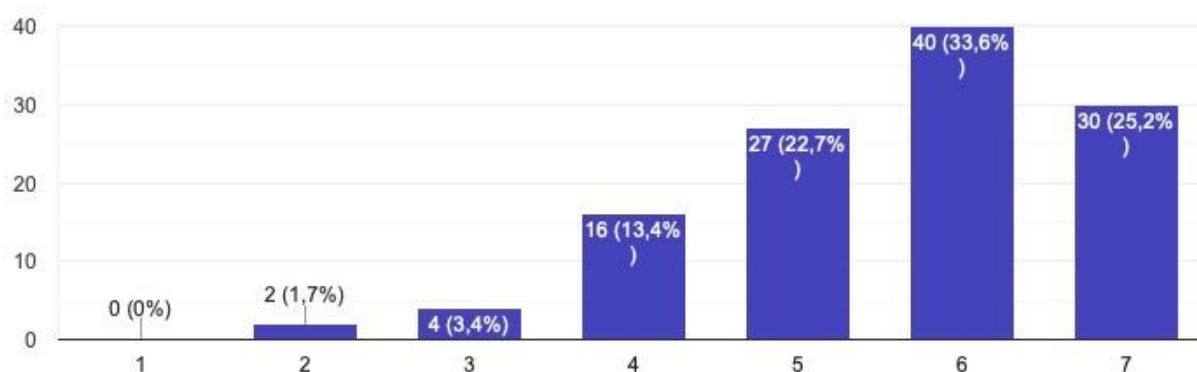
*Figura 21 – Respostas à questão 12*

*Fonte: Elaboração própria*

A auditoria só por si é uma atividade que lida diariamente com diversos tipos de riscos. Para o nosso estudo foi importante percebermos qual a articulação entre os riscos da gestão da organização e a auditoria, como tal, foi questionado aos inquiridos sobre o grau de influência que a auditoria poderá ter sobre a empresa na forma como digere esses riscos.

Esta questão foi realizada numa tipologia de resposta fechada, de escolha múltipla, onde foi requisitado aos inquiridos a resposta que eles mais se identificassem, posto isto, 27 inquiridos responderam “muito influente” (22,7%). A grande parte dos inquiridos, nomeadamente 75, responderam “Influente” (63%), 15 responderam “Pouco influente” (12,6%) e numa percentagem menos relevante, mas que importa mencionar estarão aqueles que responderam “Indiferente” que correspondem a 2 inquiridos (1,7%).

**Q13)** “Os auditores detêm um grau de independência absoluto. De 1 a 7 como classifica a veracidade desta afirmação?”

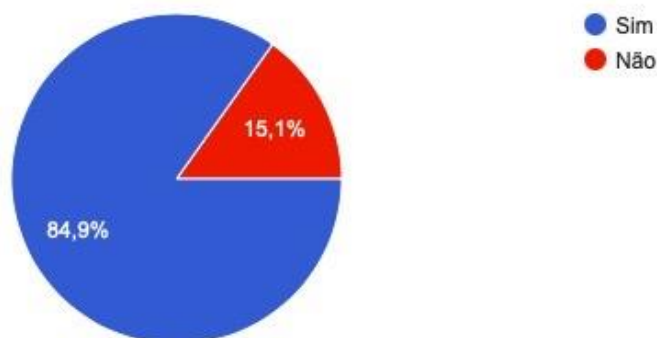


*Figura 22 – Respostas à questão 13  
Fonte: Elaboração própria*

Foi requisitado aos inquiridos para classificarem de 1 a 7 a veracidade de uma afirmação sobre a independência do auditor, sendo que a resposta ao nível 1 representa “totalmente falsa” e o 7 representa “totalmente verdadeira”.

As respostas foram diferentes, mas podemos concluir que as respostas tendem no sentido de que a afirmação é verdadeira. Nenhum dos inquiridos respondeu ao nível 1, ou seja, nenhum deles terá considerado que a afirmação apresenta um carácter totalmente falso. Ao continuar a análise podemos observar que 2 inquiridos responderam no nível 2 (1,7%), 4 inquiridos responderam no nível 3 (3,4%), 16 inquiridos responderam no nível 4 (13,4%), o que significa que para eles a afirmação não é totalmente verdadeira nem totalmente falsa. A grande maioria terá classificado a afirmação verdadeira sendo que uns mais do que outros, passo a explicar: 27 inquiridos responderam no nível 5 (22,7%), 40 inquiridos responderam no nível 6 (33,6%) e 30 inquiridos responderam ao nível máximo, ou seja, que a afirmação é totalmente verdadeira (25,2%).

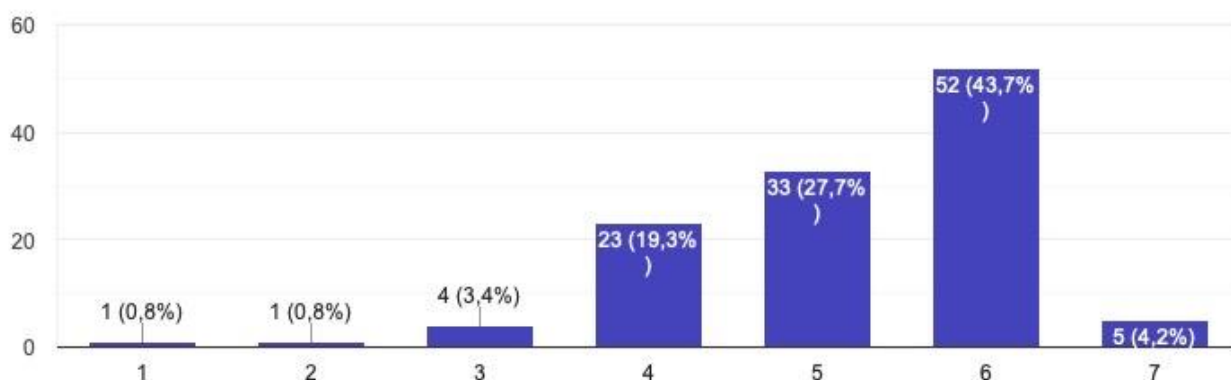
**Q15)** “Na sua opinião, auditoria deveria ser obrigatória na grande maioria das entidades?”



*Figura 23 – Respostas à questão 15*  
*Fonte: Elaboração própria*

Com o intuito de perceber qual o grau de aceitação da auditoria no mundo empresarial, foi perguntado se para os inquiridos a auditoria deveria ser obrigatória na maioria das empresas ao que foi respondido que sim, por 101 inquiridos (84,9%), e que não por 18 inquiridos, (15,1%).

**Q17)** “Classifique o nível em que a gestão de topo da empresa é influenciada pelos Auditores?”



*Figura 24 – Respostas à questão 17*  
*Fonte: Elaboração própria*

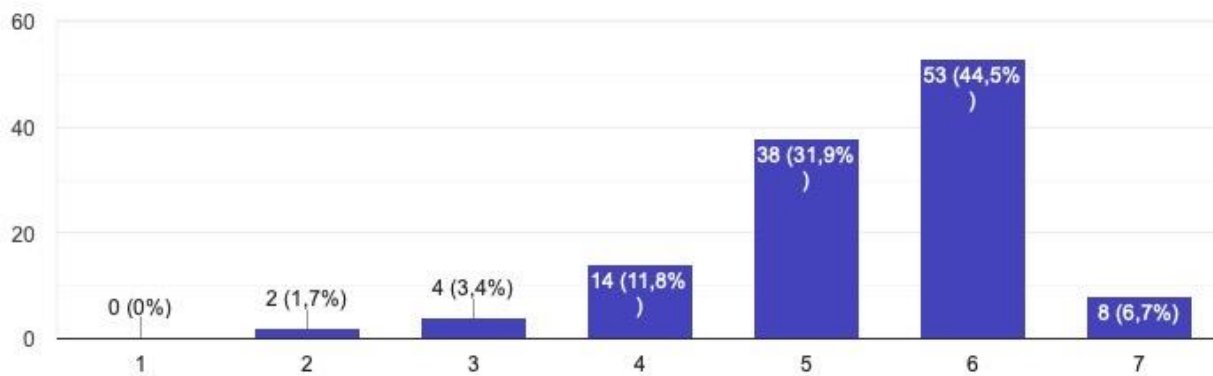
Foi pedido aos inquiridos para responderem a esta questão com o propósito de compreender qual a influencia da auditoria na gestão de topo de uma organização. A questão apresentada detém um esquema semelhante às questões anteriores, dado que a

sua resposta foi solicitada através da mensuração numa escala de 1 a 7, onde o nível 1 representa “Não é influenciada” e o nível 7 representa “Muito influenciada”.

Através da observação da *Figura 24* onde estão presentes os resultados do inquérito relativamente á questão 17, podemos observar que 1 inquirido respondeu no nível 1 e também outro inquirido respondeu no nível 2 (0,8%), o que leva a crer que para o primeiro a auditoria não influencia de todo a gestão de topo de uma organização e para o segundo influencia muito pouco. 4 inquiridos responderam no nível 3 o que representam cerca de 3,4% da amostra. Cerca de 23 inquiridos, que correspondem a 19,3% da amostra, responderam no nível 4, isto é, para eles, a auditoria não influencia nem muito nem pouco a gestão de topo de uma organização. 33 inquiridos, que equivalem a 27,7% da amostra responderam no nível 5, contudo a grande maioria terá respondido no nível 6, ou seja, 52 inquiridos que se traduzem em 43,7% da amostra inquirida. Por fim, 5 inquiridos ou 4,2% da amostra respondeu no nível 7, isto é que para eles a gestão de topo é “muito influenciada” pela auditoria.

**H4** Para o estudo da Hipótese 4 – “Um bom conhecimento do negócio deverá conduzir a uma melhor escolha da materialidade.” foram apresentadas as seguintes questões aos inquiridos:

**Q14)** “Em auditoria, é impossível a inspeção de todos os documentos associados às Demonstrações Financeiras, como tal, são utilizados métodos de amostragem. Classifique de 0 a 7 qual a fiabilidade que estes métodos tem para si:”



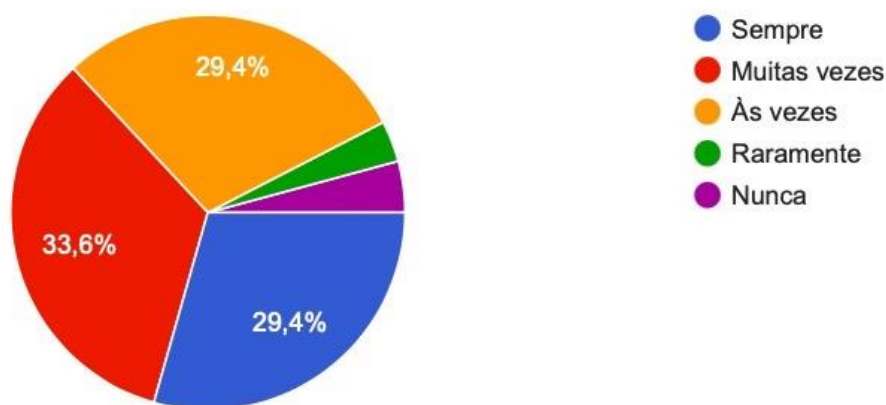
*Figura 25 – Respostas à questão 14*  
*Fonte: Elaboração própria*

Foi mencionado aos inquiridos que no trabalho em auditoria é praticamente impossível a análise de todos os documentos, como tal, na grande parte das vezes são usados métodos alternativos, tais como, os métodos de amostragem. Posto isto, foi questionado aos inquiridos se acreditavam no grau de fiabilidade dos métodos de

amostragem utilizados. Esta questão apresenta um carácter mensurável numa escala de 1 a 7, onde o 1 representa “nada fiáveis”, e o 7 representa “muito fiáveis”.

Através da análise da *Figura 25*, é nos possível concluir que nenhum dos inquiridos respondeu no nível 1, 2 inquiridos responderam no nível 2, o que representam cerca de 1,7% da amostra. 4 inquiridos responderam no nível 3, que significam 3,4% da amostra. 14 inquiridos responderam no nível 4 o que querera dizer que os mesmos estão situados no “meio termo”, ou seja, que os métodos de amostragem não são “muito fiáveis” mas também não serão “nada fiáveis”. 38 inquiridos responderam no nível 5, o que constituem 31,9% da amostra inquirida, 53 inquiridos responderam no nível 6, o que nesta questão representa a grande maioria dos inquiridos, ou seja, 44,5%, e por fim, 8 inquiridos responderam ao nível 7 o que indica que 6,7% da amostra considerou que os métodos de amostragem serão “muito fiáveis”.

**Q16)** “Na sua opinião o auditor deverá recorrer ao julgamento profissional?”



*Figura 26 – Respostas à questão 16*  
*Fonte: Elaboração própria*

Foi apresentada esta questão aos inquiridos para perceber com que frequência é que o auditor deve recorrer ao seu julgamento profissional, como tal, foi realizada uma questão de escolha múltipla, onde as respostas possíveis prendem-se com aquelas respostas que podem ser observadas na *Figura 26*.

Segundo a análise das respostas é nos possível concluir que 35 inquiridos, que constituem 29,4% da amostra, responderam “Sempre”, 40 inquiridos que representam 33,6% da amostra, responderam “Muitas vezes”, 35 inquiridos que são 29,4% da amostra responderam “Às vezes”, 4 inquiridos que tem um peso de 3,4% da amostra responderam “Raramente” e 5 inquiridos, que representam 4,2% da amostra responderam “Nunca”.

### 3.3 Interpretação dos resultados

Segundo o modelo de análise apresentado no ponto 2.4, podemos concluir que o estudo recaia fundamentalmente sobre 4 hipóteses de investigação, que apresentavam um elo de ligação, o que faz com que tenha sido atribuído uma ponderação de 25% para cada hipótese.

Posteriormente a terem sido apresentados os resultados obtidos em cada questão, apresentamos a confirmação do modelo de análise que enquadra as respostas obtidas pelos inquiridos a cada uma das hipóteses formuladas:

Hipóteses	Questões	% Concordância	%	% Confirmação da hipótese
H.1 25%	Q.4	78,1%	19,53%	18,16%
	Q.5	87,3%	21,83%	
	Q.6	61,3%	15,3%	
	Q.7	63,9%	15,98%	
H.2 25%	Q.8	79,8%	26,60%	19,95%
	Q.9	68,1%	22,70%	
	Q.10	91,6%	30,53%	
H.3 25%	Q.11	58,80%	11,76%	16,82%
	Q.12	85,7%	17,14%	
	Q.13	58,80%	11,76%	
	Q.15	84,90%	16,98%	
	Q.17	47,90%	9,58%	
H.4 25%	Q.14	51,2%	25,60%	14,28%
	Q.16	63%	31,5%	
				69,21%

Tabela 5 – Modelo de Análise

O detalhe da análise do presente modelo encontra-se disponível no apêndice III.

**Hipótese 1 - A auditoria alinhada com a missão, com a visão e com a estratégia da empresa, deverá ser feita com base num princípio de continuidade.**

A escolha desta hipótese prende-se com o facto de perceber em que medida a auditoria está alinhada com a empresa que irá auditar, de forma que o trabalho realizado seja efetuado de forma eficaz e eficiente e com uma perspetiva de continuidade.

Pelas respostas obtidas podemos concluir que segundo os inquiridos, a auditoria apresenta um papel importante em diversos aspetos da organização e sobretudo relativamente á continuidade de uma empresa.

Os auditores deverão tentar reunir a maior quantidade de informação útil possível antes de começarem a auditar as contas de determinada empresa, pois assim, irão estar mais alinhados com a missão, visão, e estratégia da empresa e dessa forma irão também contribuir para a redução e otimização dos problemas da organização.

Assim sendo, a validação desta hipótese ascende a 18,16%

**Hipótese 2 - O auditor dá confiança aos stakeholders.**

Como a hipótese indica, o objetivo desta afirmação era perceber de que forma é que a auditoria é capaz de transmitir confiança aos stakeholders e/ou utilizadores da informação financeira da empresa auditada.

A auditoria tem como objetivo garantir que a informação financeira é elaborada tendo em conta princípios e critérios que se encontram uniformizados perante as normas legais existentes e dessa forma transmitir com um enorme grau de segurança que as demonstrações financeiras estão a transmitir a situação financeira real da entidade.

Contudo, e ao observar as respostas obtidas, podemos detetar um padrão de unanimidade na medida em que a grande maioria dos inquiridos acredita que a auditoria é um instrumento importante para transmitir confiança aos diversos stakeholders e/ou utilizadores da informação financeira. Por isso podemos obter a relação de que uma empresa auditada é uma empresa mais segura, e que a gestão ao auxiliar a auditoria também obtém frutos através disso.

A validação desta hipótese ascende a 19,95%.

### **Hipótese 3 - A auditoria deve ser independente da gestão da organização.**

A elaboração desta hipótese foi realizada com o intuito de perceber qual a ligação existente entre a auditoria e a gestão da organização.

Pelas respostas obtidas, podemos concluir que a auditoria apresenta um grau elevado de influência no processo de gestão empresarial, dado que grande parte dos inquiridos responderam que a auditoria influencia diversos processos de tomada decisão da empresa nomeadamente no que diz respeito á forma como a empresa lida com os riscos empresariais. Para grande parte dos inquiridos, a auditoria é um instrumento que traz valor acrescentado para a organização, o que deixa margem para concluir que a auditoria é independente na sua essência, mas é complementar na gestão de uma organização.

A validação desta hipótese ascende a 16,82%.

### **Hipótese 4 - Um bom conhecimento do negócio deverá conduzir a uma melhor escolha da materialidade.**

A escolha desta hipótese, foi no sentido de compreender em que medida o conhecimento antecipado de um negócio possa manipular a escolha dos procedimentos mais corretos para executar um trabalho de Auditoria.

De acordo com as respostas obtidas podemos verificar que a maioria dos inquiridos acredita que na impossibilidade de análise de todos os elementos possíveis, o auditor deverá optar por métodos de amostragem. Estes métodos trazem sempre algum nível de incerteza e de risco, o que faz com que materialidade possa ter uma importância tremenda pois a presença de risco contribui ativamente para a determinação do nível de materialidade e que se esta não for devidamente estimada poderá trazer um condicionamento da qualidade da informação financeira.

A materialidade irá possibilitar a escolha e adoção de procedimentos mais apropriados para cada específica.

Assim sendo, a validação desta hipótese ascende a 14,28%.

Através da elaboração do presente estudo, procurámos compreender qual é a influencia da Auditoria Externa na liderança de uma organização, não só através de estudos sobre este tema realizados por diversos autores da área, mas também na perspetiva de diversas empresas que são alvo de auditorias financeiras.

Primeiramente, foi realizada uma introdução, que se situa no primeiro capítulo, dedicada ao enquadramento teórico de todo o estudo. Numa primeira fase foram apresentados conceitos, clarificadas definições e identificados diversos referenciais teóricos enquadrados no tema da Auditoria Financeira. Seguidamente foi explicitado as diferenças entre os diversos tipos de auditoria, nomeadamente a Auditoria Interna e Externa, foi também elucidado a nível teórico quais as etapas necessárias para a realização de um trabalho de auditoria externa e quais as limitações que os auditores externos encontram frequentemente. Por fim, o capítulo I termina com uma breve abordagem teórica, sobre o conceito de liderança e controlo interno.

No segundo capítulo, foi iniciada uma abordagem teórica às metodologias de investigação que, após alguma meditação, foi decidido que a metodologia de investigação mais correta a adotar seria a quantitativa (questionário). Seguidamente foram formuladas as hipóteses de análise para o estudo empírico, assim como o respetivo modelo de análise que relaciona tais hipóteses. Para o estudo em questão e ainda neste capítulo foi definida a amostra e desenvolvido o questionário dirigido à mesma amostra que é constituída por diversas empresas de diversos setores de atividade que têm as suas contas auditadas por qualquer SROC (Sociedade de Revisores Oficiais de Contas).

No terceiro capítulo, o estudo empírico, foram apresentados e interpretados os resultados do questionário, tendo sido explicadas também as conclusões obtidas através das respostas dos inquiridos ao questionário enviado.

Considerando o modelo de Análise, presente no segundo capítulo, que correlaciona as hipóteses de análise formuladas, foi considerado uma percentagem de 25% para cada uma das hipóteses, isto é, as hipóteses apresentam valores equitativos entre si.

Tendo por base a tabela 5, onde foi apresentada de forma resumida a confirmação do modelo de análise, e onde estão também enquadradas todas as respostas dos inquiridos, podemos concluir o seguinte relativamente às hipóteses de investigação formuladas:

Em relação à **Hipótese 1 – “Auditoria alinhada com a missão, com a visão e com a estratégia da empresa, e deverá ser feita com base num princípio de continuidade”**, 18,16% dos inquiridos considera que a auditoria deve estar alinhada a empresa, nos mais diferentes aspetos da organização, tal evidencia encontra-se em conformidade com aquilo que foi exposto na literatura evidenciada.

Em relação à **Hipótese 2 – “O auditor dá confiança aos stakeholders”**, 19,95% dos inquiridos considera que a auditoria aumenta a confiança na informação financeira

que posteriormente irá ser transmitida para os utilizadores das informações financeiras e/ou stakeholders. Foi evidenciado na literatura que isto seria um objetivo pertinente para a auditoria externa, e como tal, foi confrontado aos inquiridos, o que eles responderam de forma clara.

Em relação à **Hipótese 3 – “A auditoria deve ser independente da gestão da organização.”**, 16,82% dos inquiridos considera que a auditoria deve ser independente de quem está apenas focado em gerir a empresa. Conforme aquilo que foi exposto na literatura podemos concluir que diversos autores abordam este tema e como tal, foi concluído através do presente estudo que estava a ser posto em prática, tudo o que grande parte dos autores defende. No universo dos inquiridos foi-nos possível concluir que a auditoria está cada vez mais a adquirir um estatuto de independência que pode fundamental para garantir a qualidade do trabalho que está a ser prestado.

Em relação à **Hipótese 4 – “Um bom conhecimento do negócio deverá conduzir a uma melhor escolha da materialidade”**, 14,28% dos inquiridos considera que um bom conhecimento da entidade deve traduzir numa melhor escolha da materialidade. Posto isto, para se conseguir um melhor conhecimento da entidade deve ser adquirido uma relação boa relação profissional, que permita a cooperação entre a equipa de auditoria e a gestão da organização.

Em termos de modelo de análise, pode-se referir que face às hipóteses construídas decorrentes da revisão da literatura efetuada implicaram uma confirmação daquele em cerca de 69%.

### **Limitações do estudo**

Concluído o estudo, é importante perceber quais as limitações que influenciaram a investigação.

Tendo em conta que os questionários foram enviados para um grupo de empresas de forma a serem respondidos por um profissional da área, podemos concluir que as respostas evidenciam uma amostra pequena, uma vez que a conclusão do estudo tem por base 119 respostas, ficando assim aquém do esperado.

Desta forma, permaneceu desconhecido quer o real participante na elaboração das respostas ao questionário quer no nível de sinceridade com que o mesmo tenha sido respondido.

No entanto, não se considera que as conclusões tenham ficado prejudicadas, apesar do número reduzido de respostas.

## **Sugestões para futuras investigações**

Para investigações futuras sugerimos que possa ser aprofundado o estudo relativamente às limitações ao âmbito do trabalho em auditoria, uma vez que a extensão dos mesmos pode variar conforme o tamanho e complexidade da entidade auditada.

Outra sugestão passaria por alterar o método de investigação, podendo assim ser realizada uma investigação qualitativa com recurso a entrevistas a profissionais da área de auditoria financeira ou até mesmo a adoção de um método de investigação misto, associando pesquisas quantitativas com métodos resultantes das pesquisas qualitativas, uma vez que este é um método mais completo e com maior nível de credibilidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

AICPA: American Institute of Certified Public Accountants (1972). Statement on Auditing Standards (SAS) No. 1. [Consultado em 3 de Janeiro de 2021]. Disponível em <http://www.aicpa.org>

Almeida, B. J. M. (2014). “*Manual de auditoria financeira*”. Escolar Editora

Almeida, B. J. M. (2017). “*Auditoria Financeira: Uma análise integrada baseada no risco*”. Escolar Editor

Almeida; J.J (2000) – “*Auditoria Previsional e estratégica*” Vislis Editores

Álvares; Maria (2020) – “*Investigação em Administração e Gestão educacional – Introdução aos métodos quantitativos e análise SPSS*”, Universidade Aberta.

Alves; Joaquim José dos Santos (2015) – “*Princípios e práticas de auditoria e revisão de contas*”, edições silabo

Alves; Joaquim José dos Santos, Sarmiento; Manuela, Carvalho; Paulo Viegas (2017) – “*Eficácia da auditoria sobre o pressuposto da continuidade*”

Anandarajan, A., Kleinman, G. e Palmon, D. “*Auditor independence research: Where do we stand?*”. Journal of Accounting, Ethics & Public Policy Volume 11, No. 1, 2010.

Arens, A. Alvin, Randall. Elder e Mark S. Beasley (2005), “*Auditing and Assurance Services – An Integrated Approach*”, 11a Edição, New Jersey: Pearson Prentice Hall. ISBN:0-13-186712-1

Baker, C.Richard – “*The Varying concept of Auditor independence.*” The CPA Journal. 75:8 (2005) 22-28.

Bell, J. (1997). “*Como Realizar um Projecto de Investigação. Um Guia para Pesquisa em Ciências Sociais.*” Lisboa: Gradiva

Cardoso; Marta Flávia Moreira (2020) – “*A importância da fase do planeamento na Auditoria Financeira*” – Dissertação do mestrado em auditoria

CARVALHO, José Carlos Oliveira de (2006)- “*Auditoria Geral e Pública: Teoria e Questões Comentadas*” – Rio de Janeiro: Elsevier.

Claro; Bruno (2013); “*O caminho da revisão legal de contas num contexto de crise financeira*”- Universidade de Evora

Cohen; Louis, Manion; Lawrence, Morrison; Keith (2007). “*Research methods in education.*”, Routledge

COSO: Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (2013). Internal Control – Integrated Framework. [Consultado em 4 de Janeiro de 2020]. Disponível em <https://www.coso.org/>.

Costa, C. B. (2010). “*Auditoria Financeira - Teoria & Prática*”. O Rei dos Livros.

Coutinho; Clara Pereira (2014); “*Metodologia de investigação em Ciências Sociais e humanas*”. Edições Almedina, 2ª Edição

Dias; Ana (2020) – “*Auditorias internas: Processo, planeamento e execução*” obtido em 29 de Dezembro de 2020 de <https://www.apopartner.pt/auditorias-internas-processo-planeamento-e-execucao/>

E. Brown; Michael, Treviño; Linda K, Harrison; David A. (2005). “*Ethical leadership: A social learning perspective for construct development and testing. Organizational Behavior and Human Decision Processes*” 117-134

Figueiredo, C.M.A. (2012). “*O contributo de boas práticas contabilísticas para uma auditoria financeira eficaz.*”- Dissertação de Mestrado em Auditoria, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

Foreman, E. K., 1991. “*Survey Sampling Principles.*” Dekker, United States of America

Fortin, M. (2009) – “*O processo da Investigação – da concepção à realização*” (5ª Ed). Lisboa: Lusociência

Freixo, M. (2011) – “*Metodologia científica – Fundamentos métodos e técnicas*”. Lisboa: Instituto Piaget.

Healy P. M. e Palepu K. G. (2003), “*The fall of Enron*”. Journal of Economic Perspectives 17(2), pp. 3-26.

Hill, M. M. & A. (2012). “*Investigação por questionário*” (2ª ed.). Edições Sílabo.

Hughes, Roger; (2009) - “*Time for leadership development interventions in the public health nutrition workforce*

INÁCIO, Helena Coelho- “*Controlo Interno: Enquadramento teórico e aplicação prática*”, Escolar Editora, 2014.

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) - “*Glossário da Auditoria*” (2009)

Li, Y. (2010), “*The case analysis of the scandal of Enron*”. International Journal of Business and Management 5(10), pp. 37-41

Lopes dos Reis, Felipa; João Rosa Silva, Maria; (2012)- “*Princípios de gestão – com exemplos práticos e casos de estudo*” – Edições silabo.

Ludke, M., André, M. E. D. A. (1986). “*Pesquisa em Educação. Abordagens Qualitativas.*” São Paulo: E. P. U.

Marques, M. (1997), “*Auditoria e Gestão*”, Editorial Presença, pp. 53-91

- Marques; David Lopes e Magalhães; Vanessa Alves e Gonçalves; Miguel (2019) “Casos e escândalos financeiros internacionais: uma revisão da literatura”
- MARTINS, Isabel; MORAIS, Georgina (2007) – “Auditoria interna – Função e processo”. 4.a ed.
- McNeil; Art & Clemmer; Jim (1988) – “Como liderar – Factor critico de sucesso na gestão da empresa”
- Moreira, C.D (2007) – “Teorias e práticas de investigação”; Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
- Pereda Siguenza, J. M., (1996). “Auditoría de las cuentas anuales previsionales”, Técnica Contable, nº 57, julio, Madrid, p.553
- Pereira; Joana Sofia Reis (2012)- “A auditoria e a gestão do risco empresarial”, Dissertação do Mestrado em Auditoria e Análise Financeira Risco” (2ª ed.). Lisboa: Escolar Editora.
- Santos, M. C. (1999). “Trabalho Experimental na aprendizagem em Ciências. O Desenvolvimento de Competências Científicas na disciplina de Técnicas Laboratoriais de Biologia.” Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologia.
- Secretaria geral da economia e transição digital – “Auditoria e controlo interno”, [Consultado em 4 de Janeiro de 2020] <https://www.sgeconomia.gov.pt/servicos-perguntas-frequentes/auditoria-e-controlo-interno.aspx>
- Segal; Troy (2020) – “Enron Scandal: The Fall of a Wall Street Darling” obtido em 11 de Dezembro de 2020 de <https://www.investopedia.com/updates/enron-scandal-summary/>
- Seiffert, Mari Elizabete Bernardini (2013)- “Auditoria de Sistemas de Gestão: princípios, procedimentos e práticas com ênfase nas Normas ISO”
- Silva; Adriana Martins (2016) – “A evolução da auditoria interna em Portugal”
- Sousa, M. J., & Baptista, C. S. (2011). “Como fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios Segundo Bolonha.” Pactor.
- Teixeira; Sebastião (2013) – “Gestão das organizações” – Escolar editora
- Thompson, Steven K., (2002). *Sampling*. Second Edition, Wiley-Interscience, United States of America
- Toh; Tasoh (2016)- “Required Most, Internal or External Auditing”, SSRN Electronic Journal - University of Antwerp, Daegu University
- Tribunal de contas (2016) – “Manual de Auditoria - princípios fundamentais”

UE- “Os anos 60 – Um período de crescimento económico”, obtido em 11 de Dezembro de 2020 de [https://europa.eu/european-union/about-eu/history/1960-1969\\_pt](https://europa.eu/european-union/about-eu/history/1960-1969_pt)

## Webgrafia

<https://www.rsm.global/southafrica/news/value-added-external-auditing> , consultado a 26/01/2022

<https://www2.deloitte.com/pt/pt/pages/audit/solutions/what-is-audit.html> consultado a 19/11/2021

<https://www.oroc.pt/Uploads/Files/CodigoEtica2011.pdf> consultado a 20/11/2021

<https://corporatefinanceinstitute.com> consultado a 20/11/2021

[https://www.igf.gov.pt/Referenciaisnormasauditoria/Anexo\\_2.pdf](https://www.igf.gov.pt/Referenciaisnormasauditoria/Anexo_2.pdf) consultado a 22/11/2021

<https://www.ifac.org/system/files/downloads/a016-2010-iaasb-handbook-isa-300.pdf> consultado a 22/11/2021

<https://ifrs.ocpcangola.org/ifrs/wp-content/uploads/2017/07/A046-2012-IAASB-Handbook-ISA-315-Revista-PT.pdf> consultado a 22/11/2021

<https://ifrs.ocpcangola.org/ifrs/wp-content/uploads/2017/07/A019-2012-IAASB-Handbook-ISA-320-PT.pdf> consultado a 22/11/2021

<https://www.ifrs.org/news-and-events/news/2018/10/iasb-clarifies-its-definition-of-material/> consultado a 06/12/2021

[https://www.oroc.pt/uploads/normativo\\_tecnico/auditoria-guias/GUIA%20DE%20APLICAÇÃO%20DAS%20ISA.pdf](https://www.oroc.pt/uploads/normativo_tecnico/auditoria-guias/GUIA%20DE%20APLICAÇÃO%20DAS%20ISA.pdf) consultado a 06/12/2022

<https://ifrs.ocpcangola.org/ifrs/wp-content/uploads/2017/07/A020-2012-IAASB-Handbook-ISA-330-PT.pdf> consultado a 13/12/2021

<https://ifrs.ocpcangola.org/ifrs/wp-content/uploads/2017/07/A037-2012-IAASB-Handbook-ISA-700-PT.pdf> consultado a 13/12/2021

<https://www.occ.pt/fotos/editor2/SNC%20-%20EstruturaConceptualDIS1409.pdf> consultado a 15/12/2021

<https://ifrs.ocpcangola.org/ifrs/wp-content/uploads/2017/07/A038-2012-IAASB-Handbook-ISA-705-PT.pdf> consultado a 13/12/2021

<https://ifrs.ocpcangola.org/ifrs/wp-content/uploads/2017/07/A009-2012-IAASB-Handbook-ISA-200-PT.pdf> consultado a 13/12/2021

<https://pt.slideshare.net/mscabral/o-processo-de-recolha-de-dados-inquirito> ,  
consultado a 14/02/2022

<https://www.slideshare.net/isamab/fases-processo-investigacao-6732539>  
Consultado em 20/01/2022



## **Apêndice I – [Pedido de colaboração ao preenchimento do questionário]**

Exmos(as). Senhores(as) Doutores(as)

No âmbito do desenvolvimento de uma Dissertação do Mestrado de Auditoria no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP), venho pelo presente solicitar a colaboração para o preenchimento de um questionário desenvolvido com o intuito de avaliar a influencia da auditoria externa na liderança de uma organização.

Este questionário é orientado para a gestão de topo, gestão intermédia ou gestão operacional, de qualquer tipo de empresa auditada, sendo que todos os dados utilizados serão somente utilizados no contexto académico.

Trata-se de um questionário anónimo, logo é garantida a confidencialidade dos dados.

As respostas serão tratadas apenas de forma agregada, não permitindo, por conseguinte, qualquer tipo de identificação individual.

Peço imensa desculpa pelo incómodo e queria agradecer desde já o tempo dedicado, será muito útil para mim conseguir obter estas informações.

Para aceder ao questionário, poderiam, por favor, utilizar a seguinte hiperligação:

<https://forms.gle/i2ckMxbpxHNabS8J8>

Com os melhores cumprimentos

Gonçalo Silva

## **Apêndice II – Inquérito**

### **A Importância da auditoria externa na liderança de uma organização.**

Este questionário encontra-se inserido âmbito da dissertação "A importância da Auditoria Externa na liderança de uma organização" para a conclusão do Mestrado em Auditoria.

Será enviado somente a empresas que tenham a obrigação de ter as suas contas auditadas por um Revisor Oficial de Contas.

O questionário é composto por 17 questões de resposta fechada, sendo apenas necessário assinalar uma resposta.

---

O registo das respostas ao presente inquérito não contém qualquer informação sobre a sua identidade.

Poderá, a qualquer momento, exercer os seus direitos de acesso, retificação, cancelamento ou oposição (direitos ARCO) consignados no artigo 15.o e seguintes do RGPD, enviando uma mensagem de correio eletrónico para [goncalo.couto@icloud.com](mailto:goncalo.couto@icloud.com)

Após o tratamento estatístico dos dados estes serão mantidos por um período de 1 ano e posteriormente eliminados.

#### **1 - Qual o seu nível hierárquico dentro da empresa?**

- Gestão de topo
- Gestão intermédia
- Gestão operacional
- Outra

#### **2- Qual o volume de negócios do ano anterior (total de vendas líquidas e outros proveitos) da empresa que está a responder a este questionário?**

- Inferior a 3 000 000€
- Entre 3 000 000€ e 6 000 000€
- Entre 6 000 000€ e 12 000 000€
- Entre 12 000 000€ e 30 000 000€
- Superior a 30 000 000€

**3- Qual o número médio de trabalhadores no ano anterior?**

- Entre 0 e 25
- Entre 26 e 50
- Entre 51 e 75
- Entre 76 e 100
- Superior a 101

**4 - Numa escala de 1 a 7, quão importante considera os trabalhos de auditoria na liderança de uma organização?**

Esta questão deverá ser respondida numa escala de 1 a 7, sendo que o "1" representa que os trabalhos de auditoria não são importantes para a liderança da organização, e o "7" representa que os trabalhos de auditoria são extremamente importantes para a liderança da organização.

	1	2	3	4	5	6	7	
Não importante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Extremamente importante

**5- Na sua opinião, quando um auditor aceita um trabalho de auditoria ele deverá reunir informação sobre a empresa que irá auditar?**

Esta questão deverá ser respondida numa escala de 1 a 7, sendo que o "1" representa que o auditor não deverá reunir nenhuma informação sobre a empresa que irá auditar, e o "7"

representa que o auditor deverá reunir toda a informação possível sobre a empresa que irá auditar.

	1	2	3	4	5	6	7	
Nenhuma informação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muita informação

**6- Na sua opinião, a auditoria está a contribuir para a redução e otimização dos problemas da organização?**

Esta questão deverá ser respondida numa escala de 1 a 7, sendo que o "1" representa que a auditoria não contribui de todo, para a redução e otimização dos problemas da organização, e o "7" representa que contribui imenso para o mesmo.

	1	2	3	4	5	6	7	
Não contribui totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Contribui totalmente

**7- Considera a auditoria uma ferramenta útil para a continuidade da empresa?**

Esta questão deverá ser respondida numa escala de 1 a 7 sendo que o "1" corresponde a irrelevante e o "7" muito útil.

	1	2	3	4	5	6	7	
Irrelevante	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito útil

**8- Considera que a auditoria está a aumentar a credibilidade das demonstrações financeiras?**

Esta questão deverá ser respondida numa escala de 1 a 7 sendo que o "1" representa que a Auditoria está a diminuir a credibilidade das informações financeiras, e o "7" que representa que a auditoria está a aumentar muito a credibilidade das mesmas.

1   2   3   4   5   6   7

Diminuir a credibilidade das DFs                        Aumentar extremamente a credibilidade das DFs

**9- Pelo facto de uma empresa ser auditada significa que as suas demonstrações financeiras são credíveis?**

Esta questão deverá ser respondida numa escala de 1 a 7, sendo que o "1" representa que as demonstrações financeiras de uma empresa auditada não são credíveis e o "7" representa que as demonstrações financeiras são extremamente credíveis.

1   2   3   4   5   6   7

DF's não são credíveis                        DF's extremamente credíveis

**10- Os stakeholders, ou utilizadores da informação financeira, tomam as suas decisões com mais segurança quando:**

- A empresa é auditada
- A empresa não é auditada
- É indiferente

**11- Numa escala de 1 a 7 classifique qual o nível de valor acrescentado que os auditores externos podem trazer para a gestão da empresa?**

Esta questão deverá ser respondida numa escala de 1 a 7, sendo que o "1" representa que os auditores não acrescentam valor para a gestão da organização, e o "7" representa que os auditores acrescentam imenso valor para a organização.

1 2 3 4 5 6 7

Não acrescenta valor        Acrescenta imenso valor

**12- Qual a influência da auditoria na forma como a gestão lida com os riscos da organização?**

- Muito influente
- Influente
- Pouco influente
- Indiferente

**13- Os auditores detêm um grau de independência absoluto. De 1 a 7 como classifica a veracidade desta afirmação?**

Esta questão deverá ser respondida numa escala de 1 a 7, sendo que o "1" representa que a mesma é totalmente falsa, e o "7" representa que a afirmação é totalmente verdadeira.

1 2 3 4 5 6 7

Totalmente Falsa        Totalmente Verdadeira

**14- Em auditoria, é impossível a inspeção de todos os documentos associados às Demonstrações Financeiras, como tal, são utilizados métodos de amostragem. Classifique de 0 a 7 qual a fiabilidade que estes métodos tem para si:**

	1	2	3	4	5	6	7	
Nada fiáveis	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito fiáveis

**15- Na sua opinião, auditoria deveria ser obrigatória na grande maioria das entidades?**

- Sim
- Não

**16- Na sua opinião o auditor deverá recorrer ao julgamento profissional?**

- Sempre
- Muitas vezes
- Às vezes
- Raramente
- Nunca

**17- Classifique o nível em que a gestão de topo da empresa é influenciada pelos Auditores?**

Esta questão deverá ser respondida com o número mais adequado, numa escala de 1 a 7, sendo que o "1" significa que a empresa não é influenciada pelos auditores e o 7 significa que a empresa é muito influenciada pelos auditores.

	1	2	3	4	5	6	7	
Não é influenciada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito influenciada

### **Apêndice III – Detalhe do Modelo de Análise**

Hipóteses	Questões	Ponderação %	Ponderação da hipótese %	Nível da resposta		% Concordância a Validação	% Validação Final	% Confirmação da hipótese	Respostas		
<b>H.1</b> <b>25%</b>	Q.4	25%	6,25%	6	40,3 %	+	78,1%	19,53%	4,88%	Respostas 6 e 7.	
				7	37,8 %						
	Q.5	25%	6,25%	6	21,8 %	+	87,3%	21,83%	5,46%	Respostas 6 e 7.	
				7	65,5 %						
	Q.6	25%	6,25%	6	33,6 %	+	61,3%	15,3%	3,83%	Respostas 6 e 7.	
				7	27,7 %						
	Q.7	25%	6,25%	6	26,1 %	+	63,9%	15,98%	3,99%	Respostas 6 e 7.	
				7	37,8 %						
	<b>TOTAL</b>		<b>100%</b>	<b>25%</b>				<b>72,64%</b>	<b>18,16%</b>		
	<b>H.2</b> <b>25%</b>	Q.8	33,33%	8,33%	6	33,6 %	+	79,8%	26,60%	6,65%	Respostas 6 e 7.
					7	46,2 %					
		Q.9	33,33%	8,33%	6	41,2 %	+	68,1%	22,70%	5,67%	Respostas 6 e 7.
7					26,9 %						
Q.10		33,33%	8,33%				91,6%	30,53%	7,63%	“A empresa é auditada”	
<b>TOTAL</b>			<b>100%</b>	<b>25%</b>				<b>79,83%</b>	<b>19,95%</b>		
				6	41,2 %					Respostas 6 e 7.	

<b>H.3</b> <b>25%</b>	Q.11	20%	5%	7	17,6%	+	58,8%	11,76%	2,94%	
	Q.12	20%	5%				85,7%	17,14%	4,29%	“Muito influente” e “Influente”
	Q.13	20%	5%	6	33,6%	+	58,8%	11,76%	2,94%	Respostas 6 e 7.
				7	25,2%					
	Q.15	20%	5%				84,9%	16,98%	4,25%	“Sim”
Q.17	20%	5%	6	43,7%	+	47,9%	9,58%	2,40%	Respostas 6 e 7.	
			7	4,2%						
<b>TOTAL</b>		<b>100%</b>	<b>25%</b>				<b>67,22%</b>	<b>16,82%</b>		
<b>H.4</b> <b>25%</b>	Q.14	50%	12,5%	6	44,5%	+	51,2%	25,60%	6,40%	Respostas 6 e 7.
				7	6,7%					
Q.16	50%	12,5%				63%	31,5%	7,88%	“Sempre” e “Muitas vezes”	
<b>TOTAL</b>		<b>100%</b>	<b>25%</b>				<b>57,01%</b>	<b>14,28%</b>		
									<b>69,21%</b>	







## **Anexo I – [Inserir título]**

[Inserir um novo anexo por página. Anexos são desenvolvidos por autores que não o da tese]